

MODERNIZAÇÃO E REPRODUÇÃO CRÍTICA: AGROINDÚSTRIA DO LEITE E CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO

Anselmo Alfredo*

RESUMO:

A incorporação da Renda da Terra ao capital urbano industrial é aqui vista como uma necessidade de acumulação que expressa a insuficiência do lucro urbano industrial na reprodução das relações sociais de produção. Assim, ao contrário do que aparenta, a expansão agro-industrial, ao compor o sobrelucro a sua acumulação, é fundamentada pela crise da reprodução e não por uma acumulação ascendente. A expansão extensiva e intensiva é uma necessidade precária de resolver contradições da acumulação posta no e pelo desenvolvimento das forças produtivas no campo, tornando a própria Renda da Terra uma insuficiência da reposição dos pressupostos do capital, sendo a extensão da agroindústria leiteira uma determinação do capital financeiro, mais do que da produção de valor, revelando-se, tal expansão agroindustrial, um fenômeno do capital fictício. O caso estudado é a Cooperativa *Itambé*, no Estado de Minas Gerais, Brasil.

PALAVRAS-CHAVE:

Modernização; Agroindústria; Relação campo-cidade; Capital fictício; Tempo e espaço.

ABSTRACT:

In this paper the incorporation of Soil Rent to the urban industrial capital is seen as a necessity of accumulation that expresses the insufficiency of the urban industrial profit for the reproduction of the social relations of production. As that, contrary of its appearance, the agro-industrial expansion, incorporating the over profit to its accumulation, is fundamented by the crises of the reproduction and not by an ascendant accumulation. The extensive and intensive expansion is a precarious necessity to solve contradictions of the accumulation put in and by the development of productive forces in the countryside, becoming the very Soil Rent an insufficient reposition of the capital presuppositions. So that, the extension of the milking agro-industry is an determination rather of the finance capital than of the value production, what reveals the agro-industrial expansion as a phenomenon of the fictitious capital. The matter in case is *Itambé* Corporation, in State of Minas Gerais, Brazil.

KEY WORDS:

Modernization; Agro-industry; Rural-urban relation; Fictitious capital; Time and space.

Introdução

Este trabalho¹ tem por objetivo analisar a formação de uma realidade agrária sob uma sociabilidade onde a lógica do valor -, isto é, a necessidade da sempre crescente reprodução ampliada da riqueza abstrata -, é determinante

dos processos sócio-geográficos, pois dado o seu fim em si mesmo como sentido, os conteúdos concretos são subsumidos à equivalência monetária. Compreende-se a formação de uma realidade agrária, contudo, não necessariamente numa perspectiva

*Professora Doutor do Departamento de Geografia da FFLCH/USP. E-mail: ansfredo@usp.br

histórico-regressiva, mas que se conserva aqui, o sentido de movimento sempre presente, que inclui processos formativos de uma dada sociabilidade que se estende também do presente para o futuro. Dinâmicas de sociabilidades atuais, portanto, no que diz respeito às formas de produção no campo, constituem objeto das preocupações então postas, sendo a problematização de como elas se inserem ou não na reprodução geral da sociedade fundada no valor o nosso objetivo mais amplo.

Desta maneira, trata-se aqui de analisar se os aspectos particulares, os projetos nacionais e internacionais, empresariais ou relativos à pequena produção considerada camponesa, carregam a capacidade de expressar a reprodução de uma sociabilidade universalizada pela forma valor. Sob este aspecto, coloca-se como desafio de nossa análise, a compreensão de como e porque tais realidades específicas constituem o trabalho produtor de uma riqueza abstrata ou como se dão os conflitos resultantes desta dimensão universal da sociedade capitalista em sua relação como os seus distintos momentos particulares, sendo tais produções um momento de sua especificidade. Ou seja, a incorporação ou não destas realidades se apresenta como que resultante de contradições postas pela forma valor que se explicam a partir destas, seja o sim de sua incorporação, seja o não. Assim, mesmo aquelas realidades circunscritas a uma produção não voltada ao mercado podem ser compreendidas como resultado de uma sociabilidade que se põe como moderna e gesta formas distintas de reprodução através da atividade onde o solo se coloca como uma mediação material para tal. Vale ressaltar que se as rupturas se constituem como dimensão temporal fundamental da realização de uma sociabilidade fundada na forma-valor, explicitadas de modo metodológico na Acumulação Primitiva de Marx, observe-se o fato de que, no caso brasileiro, a imposição objetiva da modernização desdobra-se, já, sobre o próprio moderno, donde as populações não inseridas diretamente na produção do valor,

resultam desta mesma lógica. A própria formação do caipira, na análise de Antonio Candido, para ficarmos com um exemplo, é estabelecida a partir e resultado desta formação do moderno. Diante de tal perspectiva, como permanência no interior de processos desdobrados por rupturas, cabe-nos como questão de método e de objeto, a análise de fenômenos próprios da forma valor como que sempre resultantes de uma realidade posta na e pela modernização. Do que deriva, segundo a perspectiva aqui posta, a necessidade de se compreender sob as determinações da forma valor os fenômenos então postos.

Mesmo a produção da pequena roça como uma economia predominantemente para o próprio consumo, especialmente em áreas onde se tem o conflito das produções monocultoras, acaba por suscitar elementos que permitam compreender o desenvolvimento de atividades que a colocaram numa condição de extrema dificuldade de sua reprodução, enquanto pequenas lavouras, derivando daí a necessidade de estabelecer os nexos através dos quais as mesmas se relacionam, sob diferentes aspectos, à sociedade na qual estão inseridas. Destaca-se, contudo, como elemento de importância para a explanação de nossas observações, o desenvolvimento da pecuária leiteira na região de estudo (Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais, e municípios adjacentes) como que impondo uma nova forma de constituição espaço-temporal, a partir do que há uma seletividade das formas possíveis de ocupação produtiva do solo, donde a pequena lavoura, a economia do excedente, na expressão de Martins (1997), acaba por integrar-se de modo distinto e variado aos nexos sócio-espaciais determinados pela sobredeterminação da *forma valor* como elemento fundante da realidade a qual nos é o contexto explicativo e a analisar, enquanto objeto de estudo.

Trata-se, por assim dizer, de analisar as novas formas, daí originadas, da relação entre campo e cidade visto que se observa hoje uma forte relação dos moradores destas áreas rurais

com as cidades vizinhas, especialmente no que diz respeito aos serviços e, como parte destes, da compra dos bens que compõem a dieta básica das unidades camponesas. Observa-se, portanto, um aprofundamento da divisão social do trabalho que, num sentido importante, redefine o plano prático das relações entre e intra grupos de produtores. Sob esta perspectiva, analisar as transformações no contexto de um aprofundamento, como já dito, da divisão social do trabalho gestado pela incorporação, nestas áreas, da forma mercadoria como modo predominante da sociabilidade ali posta.

A própria incorporação da forma-mercadoria pelo capital leiteiro, permite analisar a forma pela qual as relações entre o trabalho produtor da mercadoria leite, matéria-prima para a produção de seus respectivos derivados, incorpora um consumo produtivo, estabelecendo, nos termos de Umbelino de Oliveira (2005), uma produção monopolista, onde os elos da estrutura produtiva incorporam a reprodução do capital financeiro e do capital produtor de bens de produção (ordenha mecânica, resfriador, ração, dentre outros).

Não obstante a relação estrita deste trabalho produtor de valor incorporado a estes capitais, cabe ainda ressaltar a análise de como se dá a reprodução das unidades camponesas que, na impossibilidade de se produzir a mercadoria comercializável na área de estudo, mantém-se como moradoras de pequenas ou micro-propriedades. A partir daí, analisar as determinações da forma-valor que incorporam, de outras maneiras, estas unidades na reprodução geral da sociedade produtora de valor.

Como categoria basilar da compreensão destes processos aí desenvolvidos, compreende-se a importância das relações espaço-temporais do ponto de vista de que a simultaneidade passa a ser uma componente lógica e socialmente necessária para a reprodução desta sociabilidade produtora do valor. Nos termos de um aprofundamento do

desenvolvimento das forças produtivas - no sentido geral que isto toma na sociedade capitalista - a própria simultaneidade (LEFEBVRE, 2000), constitui-se como a *forma* espacial que reproduz, ainda que de forma crítica, a *forma valor* no seu sentido não exclusivamente produtivo, mas generalizando-se como modo de vida. Contudo, a simultaneidade posta pode incorporar ou não a reprodução camponesa como que subordinada aos nexos da produção valorativa da *forma valor*.

Problematizando as contradições têmporo-espaciais de uma reprodução crítica

A modernização se constitui como um processo de âmbito não só mundial, mas também universal. Trata-se, portanto, da *universalização* de uma sociabilidade pela forma valor e que tende, de modo lógico e histórico, a se constituir, necessariamente, como uma realidade que impõe a sua expansão mundial. Isto, contudo, embora necessário, não se faz linearmente. Assim, a necessidade de sua mundialização está posta logicamente a partir do que se gesta um movimento temporal, contudo, as contradições entre tempo e lógica mostram-se como elementos particularizadores deste processo.

A dinâmica de uma realidade cujo elemento lógico se estabelece sob o prisma da acumulação ampliada da riqueza, projeta um sentido dos processos sociais cujas temporalidades co-existentes acabam por ser a expressão da forma pela qual esta universalidade da forma se efetivou. Assim, embora seja totalizante, as contradições próprias da forma exigem que a mesma se ponha ilusória e antecipadamente enquanto conceito posto (GIANNOTTI, 2000), de modo a eludir as suas contradições, dentre elas a própria ilusão temporal como necessária incorporação ilusória às determinações espaciais da forma valor. Sob esta perspectiva, as resultantes críticas da forma valor, ao estabelecerem o tempo como barreira a ser superada para a sua própria reprodução,

acabam por iludir o próprio tempo como elemento constituinte daquilo que está posto, e não como algo a ser superado. Deste modo, a sociedade que se constitui pelo fetiche das categorias próprias do capital, ou seja, a sociedade capitalista, efetiva-se como tal de modo sempre crítico, como evidencia Marx em seus *Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política 1857~1858*. Nesta crítica lógica e imanente de sua forma, a ilusão de sua realização, como fetiche de si mesmo, põe a sua efetividade como um *a priori* que difunde a possibilidade de se efetivar como forma de sociabilidade. Neste objeto de múltiplas faces entre si relacionadas, o próprio tempo, como tempo de realização da verdade conceitual capitalista não se efetiva a não ser como ilusão temporal, que obscurece, a sua presença enquanto sucessão, as *barreiras* que ele mesmo impõe à realização de sua lógica conceitual. Destaca-se, contudo, dada a sua reprodução necessariamente crítica, de estabelecer uma não linearidade entre os momentos que comporiam a sua realização no sentido pleno da formação e reprodução do capital. A simultaneidade e a co-presença dos termos, momentos e/ou categorias do capital que o formam como conceito apriorístico, portanto, estabelece-se como necessidade lógica de superar, continuamente, a crise de uma linearidade temporal sempre possível, mas contraditória aos nexos da forma valor. A antecipação do conceito de capital (GIANNOTTI, 2000) em relação às suas categorias constituintes, portanto, é, ao mesmo tempo, a possibilidade de se efetivar as distintas temporalidades como que compoem a possibilidade de contornar a crise de uma forma lógica que se produz para se auto-reproduzir como identidade de si mesma, pondo, portanto, a diferença como momento necessariamente interno a si mesma, de modo a se estabelecer como o outro de tudo o mais que se lhe contrapõe, mas em sua internalidade, põe-se como auto-diferenciação. Desta maneira, a incorporação de relações de produção específica ou não-especificamente capitalistas (MARTINS, 1990) à validação de um conceito

apriorístico de valor, de capital, é fundado da possível, mas imanente, realização crítica do próprio capital. Nesta simultaneidade, fundamentada por uma crise imanente da forma valor, donde o tempo se põe como sua crise efetiva, portanto, a ser superado, as determinações espaciais passam a se constituir como elementos próprios da reprodução desta sociabilidade. Argumenta-se que a apresentação da modernidade em suas determinações espaciais (a forma da simultaneidade na expressão de Henri Lefebvre) constituem uma evidência da forma imanentemente crítica da reprodução de uma *sociedade produtora de mercadorias* (KURZ, 1993).

Dentre as determinações da aparência há uma especificidade desta realidade fundada em elementos críticos, contraditórios de sua efetivação. As formas de apresentação do real, do qual os distintos fenômenos são a expressão mesma destas apresentações, distinguem-se de seus sentidos imanentes e essenciais, na medida em que a apresentação da condição de ser do capital enquanto um conceito contraditório o é uma atividade da essência, nos termos da lógica hegeliana, exclusivamente porque se põe, enquanto fenômeno, diferenciando-se, na apresentação de si, daquilo que de fato é, estabelecendo, tal diferenciação-apresentação, parte integrante de sua própria reprodução, ao mesmo tempo que potência determinante de seu próprio ser, de modo que ser e não ser, assim postos na esfera do ser, se auto referem como unidade co-presente e contraditória. Estabelece-se aí, portanto, a importância de se desvendar as distinções entre o aparecer e o ser do capital², pois que, na interposição para com uma lógica materialista, as suas constituições abstratas e ilusórias determinam não somente a sua forma de ser, mas se fazem como *necessidade de ser*, isto é, como *razão suficiente*, invertidamente, diga-se, de uma realidade material. Em outros termos, há que se observar a possibilidade de que o apresentar de si não só se diferencia do seu ser outro como o elude, tornando a *ilusão* uma razão do ser. Observando-se isto do ponto de

vista de uma lógica mais aproximada daquilo que se faz como objeto de investigação, tem-se que as formas de expansão da forma mercadoria se o fazem como que resultantes de suas contradições ou crises imanentes, de modo que a própria expansão do capital pode ser sobredeterminada pelos seus aspectos críticos, ainda que se apresente como determinações de sua capacidade de crescimento. Assim, como buscaremos analisar ao longo das observações aqui expostas, a própria expansão da agroindústria do leite pode se constituir como uma apresentação distinta daquilo que de fato se efetiva enquanto re-produção das relações sociais capitalistas de produção, apresentando-se como extensão que se efetiva a partir do aprofundamento das determinações críticas da reprodução social da forma mercadoria, isto é, entre a apresentação de si e o seu ser há, necessariamente, determinações que se especificam como auto-diferenciação interna, sendo um e outro momentos constituintes de uma única totalidade.

Se a co-presença de temporalidades distintas passa a ser a forma possível de contornar a contradição (crise) da reprodução da forma-valor, destaca-se a inserção da forma mercadoria que realiza da diferença externa à identidade própria do valor um meio, equivalente, que transfigura a possibilidade de se efetivar o plano mais abstrato do mundo da mercadoria, ou seja, o próprio valor. Se a forma mercadoria constitui o sentido próprio e primevo do capitalismo enquanto uma formação social cabal, nos termos expostos por José de Souza Martins (1990), destaque-se, ainda uma vez, a não linearidade temporal dos processos aí em desenvolvimento, ou seja, o elo final da constituição do capital é o que, em termos temporais põe a efetivação de seu próprio conceito, no caso aqui citado.

A acumulação, portanto, é crítica, do ponto de vista do capital, isto é, a crise da efetivação de sua possibilidade é algo imanente, próprio de sua racionalidade que, enquanto tal (crítico) deve se constituir como forma lógica, de modo a não revelar seu potencial não

realizável. Marx expõe esta reflexão não somente ao longo de distintas passagens em sua obra, através da análise da queda tendencial da taxa de lucro, das contradições postas entre relações de produção e forças produtivas, que culmina, ao final, numa realidade que o autor chama de período da *Grande Indústria*, reprodução posta então pela exacerbação do trabalho social, onde o próprio pensamento se institui como força produtiva. Isto como derivação do aprofundamento da divisão social do trabalho e, também, como consequência da contradição posta pela concorrência entre capitais privados que colocam a redução do montante do trabalho, de forma absoluta e relativa, como uma contradição fundamental da temporalidade própria do capitalismo enquanto uma forma de sociabilidade. Isto é, esta redução prática e categorial do trabalho como um dos sentidos temporais do capitalismo, expressa, em outras palavras, a forma pela qual a linearidade da forma preserva, no não imediatamente reconhecível, o potencial não realizável da própria acumulação capitalista. Como expressa o autor sobre o sentido temporal do capitalismo enquanto um modo de produção global:

"Así como con el desarrollo de la gran industria la base sobre la que ésta se funda - la apropiación de tiempo de trabajo ajeno - cesa de constituir o crear la riqueza, del mismo modo el trabajo inmediato cesa, conaquella, de ser, en cuanto tal, base de la producción, por un lado porque se transforma en una actividad más vigilante y reguladora, pero también porque el producto deja de ser producto del trabajo inmediato, aislado, y más bien es la combinación de la actividad social la que se presenta como la productora." (MARX: 1997, 233)

Mas o autor também expressa tal processo como um conteúdo lógico de sua própria compreensão do capitalismo enquanto uma realidade social. As contradições, portanto, ao serem eludidas pela forma lógica (D - M - D') passam a ser o próprio objeto de suas investigações enquanto um método de análise.

Se a efetivação desta linearidade formal é posta como fetiche do efetivado, a tese, exposta já por distintos autores, é a de que, embora a realização da forma seja posta com anterioridade, a sua efetivação se faz a posteriori dos processos sociais que estão postos a realizá-la³. Em outros termos, o processo de acumulação se faz verificável ao final de um ciclo produtivo, o que torna possível compreender a crise sempre imanente, possível, mas não evidente. Tal possibilidade crítica é iludida, no sentido da *ilusão* como necessidade, portanto, a um percurso temporal do antes e do depois que obscurece a necessidade de uma efetivação a priori com ilusão da não-impossibilidade do capital.

Isto sugere pontuações importantes, no que diz respeito ao plano de nossa análise. Se a verificação do processo de acumulação se faz *post festum*, como expõe, Francisco de Oliveira (1993), as conseqüências daí oriundas não se limitam exclusivamente às contradições no plano formal, mas que há descontinuidades, ou mesmo rupturas, entre o plano formal e o plano temporal de realização ou não da forma-valor.

Assim, se se adota o plano destas descontinuidades postas já na unidade da forma valor, o próprio processo de constituição do capitalismo, enquanto dimensão temporal de efetivação de sua racionalidade formal, se expressa desigualmente, segundo a maior ou menor capacidade que dadas realidades tiveram em negar ou reafirmar a efetivação da forma. Contudo, mesmo do ponto de vista formal, o desdobrar temporal de realização da forma é já de por si, na relação para com o capital enquanto um conceito, uma descontinuidade lógica que a própria razão contradizente se põe a si mesmo. Ou seja, no desdobrar do antes e do depois para a realização da verdade conceitual do próprio capital este tempo contradiz a necessidade objetiva do a priori do conceito que, se assim o fosse, eliminaria qualquer potência crítica de si para consigo mesmo; em não o sendo o é como *ilusão necessária*. Disto deriva a importância de se considerar as determinações críticas da

realização do conceito de capital para a compreensão de fenômenos a ele relacionados, donde a própria extensão espacial do capital ao longo de sua temporalidade de constituição pode ser vista como modos de superar *barreiras* e *limites*⁴ por ele mesmo postos.

A expansão, digamos ainda de um modo não categorial, espacial da forma valor, foi, sob diversas maneiras discutida por distintos autores. Demandada pela necessidade lógica e tautológica de reprodução ampliada da riqueza abstrata, Rosa Luxemburgo expressou esta necessidade como sendo resultante da incapacidade de o capital produzir, de forma ampliada, a mais valia que, nos limites estritos de seu sítio, não se pode realizar.

Em outras palavras, "*Como la producción capitalista es la única que adquiere su propio plusproducto, no puede haber límites para la acumulación del capital.*"⁵, então, a expansão do capital será também uma expansão de sua fronteira. É certo que a autora aponta, em seu diálogo com Marx, o fato de ter de se considerar a reprodução do capital sem que seja nos estritos limites de uma sociedade cuja reprodução já se estabelece sob a forma de reprodução do valor. Ou seja, a reprodução capitalista envolveria o seu entorno, pois a produção de seus meios de produção envolveria a luta contra o campesinato e a luta contra as economias naturais. Caracteriza-se, através da autora, a expansão e a relação do capital sobre e com as formas não capitalistas de produção. Na expressão da autora:

El otro aspecto de la acumulación del capital se realiza entre el capital y las formas de producción no capitalistas. Este proceso se desarrolla en la escena mundial. Aquí reina como métodos, la política colonial, el sistema de empréstitos internacionales, la política de intereses privados, la guerra. Aparecen aquí, sin disimulo, la violencia, el engaño, la opresión, la rapiña. Por eso cuenta trabajo descubrir las leyes severas del proceso económico en esta confusión de actos políticos de violencia, y en esta lucha de fuerzas." (LUXEMBURGO:1968, p.421)

Sem esgotar a exposição da autora sobre o processo de reprodução ampliada do capital, apenas aponta-se para o fato de que tal expansão espacial e temporal é reveladora de que os processos de transformação de realidades não modernas inserem-nas no percurso da modernidade pelas determinações da forma valor, sendo o processo de acumulação um dos quais nos parece verticalmente importante. Cabe ainda salientar que, apesar da importância de sua análise, a mesma encontrará uma interlocução polêmica, no sentido de que a interpretação de Rosa Luxemburgo caracteriza um processo de destituição total destas formas não-capitalistas de produção. Isto colocado nestes termos irá encontrar sua crítica em realidades como a brasileira, donde os processos de exploração e expropriação não significam, necessariamente, a destituição destas formas de produção.

Esta mesma perspectiva pode ser encontrada num dos importantes teóricos sobre a expansão do capitalismo em sua fase monopolista imperialista. Para Lenin, a formação do capitalismo na Rússia, constitui um processo que, ao mesmo tempo, deve ser compreendido como uma *formação do mercado interno para a grande indústria*, sendo a *desintegração do campesinato*, condição e resultado de todo o processo social ali em movimento. (LENIN: 1982, p.99)

Como destaca José de Souza Martins, a partir de Lefebvre, a compreensão de Lenin sobre a expansão do capitalismo na Rússia está assentada na idéia de Formação Econômico e Social, justamente porque a forma destacada por Marx, sobre o caso inglês, é considerada um caso exemplar, mas que guarda nuances, diferenças não somente nos distintos lugares, mas em relação à própria unidade do processo como um todo. No caso de Lenin, a particularidade da formação do capitalismo na Rússia não comporia um processo que necessariamente realizaria todo o campesinato russo em trabalhador assalariado, embora o sentido fosse o de sua *desintegração*. Deste modo, a noção de formação econômico e social

reitera as diferenças e as desigualdades de desenvolvimento. Nas palavras de Martins:

“A noção de formação econômico-social em Marx e Lênin tem duas dimensões: ela designa tanto um segmento do processo histórico - a formação econômico-social capitalista - quanto o conjunto do processo histórico. Mais do que uma imprecisão, essa duplicidade nos remete ao princípio explicativo de totalidade e, ao mesmo tempo, de unidade do diverso. Muitos vulgarizadores da obra de Marx entenderam que o diverso dessa unidade é apenas o diferente e que os termos da contradição, portanto, são contemporâneos. No exame da gênese e do percurso da noção, Lefebvre descobre, porém, que o diverso não é, ou não é necessariamente - contemporâneo.” (MARTINS:1996, p.17)

Faz-se necessário evidenciar que o argumento em questão, contudo, permite compreender que a própria reprodução do campesinato, no interior da expansão da forma valor não deixa de ser um fenômeno que constitui, contraditoriamente, a reprodução do capitalismo enquanto um modo de produção que se põe também como questão agrária. Desta maneira, o modo descontínuo e contraditório da forma-valor estabelece, em sua expansão relativa à questão agrária, a produção de sociabilidades distintas (camponesas) como reprodução de relações não especificamente capitalistas a reproduzir a própria modernização.⁶ Portanto, entre a forma valor, cuja determinação é a expansão ampliada da riqueza, e o seu processo de formação, há descontinuidades temporais e espaciais que constituem uma sociabilidade contraditória expressa na reprodução de relações não especificamente capitalistas como necessidade de contornar as contradições próprias da forma valor. Isto compõe um aspecto fundamental da modernização enquanto formação. Trata-se da desigualdade do desenvolvimento, das descontinuidades na continuidade que irão constituir elementos lógicos no processo de modernização, considerado aqui a expansão do capitalismo como um elemento que compõe uma totalidade, mesmo que contraditória. O ponto

que nos cabe interrogar neste momento é, contudo, a observação de se a contínua superação da barreira temporal posta pela necessidade de efetivação da verdade conceitual do capital, põe, num dado momento de sua re-produção, a insuficiência de relações produtoras de valor, através da qual a própria Renda da Terra é um elemento constituinte, para esta efetivação conceitual, donde deriva a necessidade de interrogações a respeito da forma pela qual o próprio capital encontra meios de se reproduzir. Ou seja, até que ponto a integração, produção e reprodução do não especificamente capitalista é, também, ou num dado momento, a formação econômico e social capitalista em suas determinações críticas que, por causa de sua dificuldade de reposição, incorpora e reproduz o outro de si como sua necessidade.

Acentue-se, portanto que, para além da re-produção ou não destas desigualdades como campesinato, o ponto é buscar compreender como e em que condições tais desigualdades comportam um dupla via de concomitantes realizações. Isto é, compreender e analisar se a crise imanente da realização da forma valor (comentada mais acima) põe como sua necessidade estas formas de trabalho na reprodução geral do mundo da mercadoria e, assim, como segunda realização, se o que está posto como resultado disto tem condições de se colocar como pressuposto categorial da reprodução geral da sociedade capitalista. Ou seja, se tais descontinuidades se constituem como mediação reprodutora.

O que nos remete ao problema da pequena produção camponesa no âmbito da reprodução crítica da forma valor, pois, trata-se das descontinuidades entre o desenvolvimento das forças produtivas e o trabalho, contradição fundamental destacada por Marx e que dá o próprio movimento da re-produção crítica do capital. O mundo contemporâneo, no que diz respeito à reprodução ampliada da forma valor, pode ser caracterizado por aquilo que Robert Kurz (1993) considerou de forma pertinente, como a terceira revolução industrial, baseada

na microeletrônica. Nesta tem-se a possibilidade de se obter uma produtividade em que o próprio trabalho se coloca ausente como necessidade do processo produtivo e reitera a necessidade de se pensar a potência da crise do trabalho como elemento constituinte dos fenômenos da sociedade hodierna, redefinindo os próprios sentidos da concorrência:

A concorrência, depois de alcançar um grau mais alto de desenvolvimento e de libertar-se da economia de guerra e de crise, impeliu, sob a égide da Pax Americana, a novos surtos enormes o desenvolvimento das forças produtivas e a penetração das ciências, até a introdução mais recente da micro-eletrônica e dos computadores com seus potenciais de automatização antes inimagináveis em todos os setores da reprodução social. Para as unidades empresariais esse processo significa uma 'coação muda' da concorrência, cada vez mais ligada ao mercado mundial, que obriga à intensificação do processo de produção, isto é, uma coação que atua no sentido de uma racionalização a cada vez renovada, penetração das ciências e automatização (KURZ, 1993, p. 85)

O que reitera a necessidade de se considerar a importância própria de uma sociabilidade que estaria passando pelas determinações de um capital não necessariamente produtivo, mas onde a extensão do crédito, constituindo o que Marx denomina de *capital fictício*, teria um papel primordial no processo de reprodução crítica da forma valor. Trata-se, para se referir ao problema em outros termos, de uma racionalização necessária à reprodução cuja resultante mais fenomênica redundava num processo de brutal redução do trabalho (relativa e absolutamente) no interior do processo produtivo como um todo. No outro lado do *iceberg* tem-se, portanto, uma massa cada vez maior e mais necessária de ser cada vez maior, de produtos mercadorias que correspondam à necessidade da expansão desse capital produtivo, somada a uma crescente redução dos postos de trabalho e do próprio trabalho, produtor de valor.

A extensão do crédito atinge uma necessidade que passa a autonomizar os sentidos do dinheiro em relação a sua forma como capital produtivo, desenvolvendo-se, a partir daí, uma extensão do capital como financeiro, creditício, fictício, pois que a circulação financeira passa a se constituir como um negócio próprio e que toma a dimensão, certamente ilusória, de totalidade da reprodução da forma valor. Kurz (1993) precipita aí uma importante derivação sobre a análise dos países periféricos neste momento em que a contradição capital trabalho - redimensionada como a contradição entre o conteúdo social e a forma não social da reprodução capitalista (KURZ, 1993, pp. 43-44) - demonstra e põe de modo objetivamente prático, tanto a impossibilidade histórica de se atingir os níveis de desenvolvimento já atingidos no centro do sistema produtor de mercadorias (dada a impossibilidade absoluta e relativa da extensão do trabalho, substância do valor, devido à terceira revolução tecnológica) como um importante papel que a extensão da produção científica ganha no interior da periferia. O ponto, contudo, que se nos apresenta como emblemático, no que tange ao plano das relações sociais de produção não é necessariamente compreender a produção ou re-produção do campesinato no interior do capitalismo, mas - apesar das distintas formas de expansão do capitalismo produtivo industrial no campo, redefinindo, talvez, os sentidos primevos da relação campo cidade - nos perguntarmos *por que, num determinado momento da reprodução social capitalista, tornou-se necessário a sua extensão produtiva industrial para o âmbito das relações de produção no campo, indicando uma importante insuficiência de sua capacidade de re-produção nos estritos limites de uma realidade urbano-industrial*. Deste ponto de vista, a própria reprodução do campesinato, nos termos distintos e problemáticos que cada forma de reprodução encontra-se para se explicar, acaba por se constituir como forma de expressão desta necessidade expansiva e crítica do capital enquanto tal. Se há, como expõe Martins (1993) uma composição da Renda da Terra ao lucro empresarial, de modo que o

lucro somente não explicitaria a potência de acumulação de um capital mundial, cabe ainda, a problematização de por que a Renda da Terra comporta-se como um ingrediente necessário à reprodução desta sociabilidade. Até que ponto isto não se integra à realidade capitalista como um *momento* no sentido das relações postas entre *barreiras e limites*, como expressamos mais acima. Ou seja, até que ponto a extensão de uma realidade industrial como produção agrária não estaria revelando, ao contrário do como *parece ser*, as determinações da crise da reprodução social, que se fazem, se expressam como expansão capitalista. Mesmo a incorporação do trabalho camponês no interior dos monopólios industriais, como o caso do leite, por exemplo, pode ser vista sob a perspectiva desta superação de limites lógicos que se põem como barreiras históricas, ditadas pela lógica urbano industrial que, como já o dissemos, por si só não é suficiente para a sua re-posição. Neste sentido, a própria configuração teórica sobre o campesinato adquire aqui um sentido relativamente distinto daquele expresso em suas acepções políticas, isto é, como resistência ou não, aos processos de expansão da forma mercadoria. Detém-se aqui, o sentido de como ele expressa contradições da forma que incorporam-no segundo a perspectiva da capacidade expansiva do capital, mas cujo fundamento são as suas determinações críticas. Em outras palavras, se isto se faz seguindo uma incorporação da Renda da Terra à realização dos ganhos do capital em sua realização, constituindo o que se denominou de capitalismo rentista (MARTINS, 1993), cabe-nos perguntar se a incorporação desta Renda da Terra ao lucro do capital urbano industrial não se coloca como uma insuficiência da mais-valia e do lucro daí oriundos, para a reprodução de seu próprio conceito. De modo que a contradição entre capital e trabalho poderia ter atingido limites cuja superação histórica ter-se-ia dado como incorporação da Renda da Terra seguindo os moldes de uma produção industrial (no caso da agroindústria) ou seguindo a maior possibilidade de redução de custos (no caso da aquisição da Renda da Terra através da

apropriação do trabalho camponês pelo capital agro-industrial), como dentre outros, pode-se observar em Amin e Vergopoulos (1986).

A extensão da agroindústria, a partir dos anos 70 nos países periféricos, apresenta-se, portanto, como um elemento expressivo da contradição capital trabalho, no interior desta terceira revolução industrial, mas que evidencia, por assim dizer, a contradição entre o conteúdo social e a forma não social da reprodução crítica do capital. O que permite ilusoriamente pensar-se, em nome do produtivismo e de uma pretensa superação através do mesmo, em uma passagem evolutiva a um estágio social superior, naturalizando-se os sentidos destrutivos e *miserabilizantes* da produção em massa. A agroindústria e a produção científica no campo, portanto, pode ser compreendida como resultado desta dimensão mundial da reprodução crítica do capital. Na análise de Kurz (1993):

“Naturalmente, esse desenvolvimento continuou durante os anos 80, e isso em processo acelerado. Todo passo de crescimento agrário orientado no mercado mundial tinha que ser necessariamente um passo em direção à agroindústria intensiva de capital, cuja produtividade, bem como aquela nos próprios centros do mercado mundial, está roendo o crescimento global do capital mundial, em vez de fomentá-lo. Assim estão se agravando também no setor agrário a concorrência e a concentração de capital em nível nacional e internacional.” (KURZ, 1993, p. 169)

Donde deriva não só uma corrosão da concorrência porque posta já sob a égide de um capital financeiro que ultrapassa os limites dos estados nacionais (o que não implica numa análise da des-importância dos mesmos), no sentido de que são capitais de empréstimo comandados por blocos de países do centro, mas também uma expropriação por vezes maciça de formas tradicionais e familiares de agricultores.

Trata-se, enfim, de empréstimos internacionais cujo endividamento se resolve, ao menos enquanto promessa, na intensificação da economia de exportação, donde a agroindústria ganha um papel importante. Ao expor essa lógica circular ascendente assim analisa Umbelino de Oliveira:

Assim, tornou-se indispensável aumentar, a qualquer custo, as exportações. Acentuou-se, em consequência, o desequilíbrio no interior do setor agropecuário. Aquele baseado em grandes propriedades e voltado para a exportação tem recebido todo incentivo e assistência da parte do governo, enquanto aquele voltado para a produção de alimentos para o mercado interno (principalmente na agricultura camponesa) ficou ainda mais desamparado.” (Umbelino de OLIVEIRA, 2005, p. 307)

Mesmo quando o processo permite a manutenção deste pequeno produtor trata-se da impossibilidade, num primeiro momento, de sua reprodução, pois que as formas de expropriação efetivam-se pela impossibilidade da reprodução do pequeno produtor entre as distintas gerações (Cf. SANTOS, 1978 e MARTINS, 1975), dada a integração dos meios de vida à lógica da equivalência mercantil, sendo a propriedade da terra um caso exemplar.

A desigualdade entre forma lógica e sua extensão temporal, na medida em que se refere a uma intensificação nas contradições da própria forma passa a compor maneiras de realizar a efetividade da reprodução crítica do valor. Em outras palavras, do ponto de vista do movimento temporal desta relação, a modernização se faz nem sempre realizando uma transformação radical das formas de trabalho, por exemplo. Se se trata de considerar que há uma reprodução das relações não capitalistas de produção (MARTINS:1990), faz-se necessário também buscar compreender que esta coexistência de temporalidades se refere a uma simultaneidade posta pela condição crítica e contraditória da realização da forma enquanto sociabilidade. Ou seja, da crise sempre presente, da possibilidade constantemente

posta do capital não realizar o seu processo de acumulação, estabelecendo-se, portanto, uma relação contraditória entre reprodução das relações sociais de produção e crise da própria reprodução.

A própria expansão da fronteira capitalista pode ser compreendida como a interação de distintas temporalidades que compõem o plano empírico do que temos chamado aqui de descontinuidades e desigualdades que, em outras palavras, remete à necessidade de se pensar a própria *simultaneidade*⁸ como determinação da reprodução em sua forma imanentemente crítica⁹, o que nos remeteria ao problema referente ao próprio espaço, categoria cara à Geografia e ao próprio pensamento geográfico. Tais desigualdades de desenvolvimento se são presentes, por vezes, podem ser mal compreendidas na medida em que se tem, sob diferentes aspectos, uma expansão científica das formas de produzir no campo. Isto posto como desenvolvimento das forças produtivas leva à interpretação de que a desigualdade de desenvolvimento não mais seria possível de explanar as formas pelas quais o próprio capital se põe a possibilidade de sua expansão, ainda que crítica, como temos argumentado. A própria noção de que a distinção entre cidade e campo não mais faz presença na análise da reprodução do moderno deriva desta compreensão (má compreensão, diga-se) sobre os sentidos multitemporais do próprio capital. Contudo, cabe-nos ressaltar que a expansão da própria agroindústria é resultado de necessidades postas para a reposição do capital financeiro. Observe-se, então, que é no âmbito das relações agrárias que se obtém a desigualdade de desenvolvimento (capital produtivo agroindustrial) apropriada pelo momento posterior definido como capital financeiro. De modo que o desenvolvimento das forças produtivas no campo não nos impede de observar uma desigualdade de desenvolvimento em relação às características financeiras do capital urbano da/na passagem deste século, ainda em andamento, diga-se. De modo que a tese sobre a reunião entre cidade e campo nos

termos de um rururbano (ausência de se ter o que dizer, mascarada por um discurso científico) isenta-nos de pensar sobre os sentidos que as transformações no campo têm na reposição crítica da forma valor. É certo que os sentidos que esta desigualdade comporta para a reprodução da forma mercadoria em seu sentido global adquire nova importância. Não se trata de uma expansão simplesmente, mas de uma incorporação da Renda da Terra aos desígnios da acumulação que omitem a dificuldade de sua reprodução, de modo que os fenômenos de expansão do capitalismo, ainda que pautados pela desigualdade de desenvolvimento, no caso a manutenção desta desigualdade na relação entre campo e cidade, são fundamentados, contraditoriamente, pela *simultaneidade negativa* (KURZ, 2004), ou seja, toda desigualdade é uma forma de expressão da incapacidade de o capital se reproduzir, ainda que se reproduzindo. Daí que a incorporação da Renda da Terra como necessidade da reprodução capitalista ser expressão de sua crise, e não o contrário, ao mesmo tempo que reitera a necessidade de se repor a desigualdade entre campo e cidade como forma específica e fundamental da divisão social capitalista do trabalho. A *assim chamada acumulação primitiva*, ou o capítulo XXIV do primeiro volume do capital, nos mostra com clareza meridiana, como que a separação entre campo e cidade se forma como uma separação fundamental, mas específica da modernização. Se lá, na análise de Marx, ela se põe como elemento condicional da formação de uma realidade industrial, nos termos em que estamos argumentando, a reiteração desta distinção incorpora a possibilidade crítica de um capital que ultrapassa as barreiras e os limites de uma racionalidade exclusivamente industrial, pondo a indústria no campo como temporalidade distinta das formas de produção de um capital urbano financeiro¹⁰, daí a importância de se considerar as características críticas desta reprodução.

A expansão da fronteira capitalista foi mesmo objeto de estudo da Geografia, o que pode ser observado, para ficarmos com um de seus expoentes, através de pesquisa, já

clássica, de Pierre Monbeig sobre a expansão da cafeicultura no Oeste paulista.

O avanço da cultura do café apresenta-se, nesta obra, como uma realidade onde, ao se constituir o café como produto de uma realidade capitalista, redefine ou constitui relações sociais novas que se efetivam tanto pelo que estava previsto (produção do café) como por aquilo que se faz como resultado do elemento indutor do processo posto em movimento. Ao que pese uma certa perspectiva desenvolvimentista posta em sua análise, Monbeig (1984) permite a compreensão de que a expansão como reprodução ampliada da forma capital é o sobrepor de temporalidades necessárias ou resultantes desta mesma lógica.

Ressalte-se que a necessidade de uma monocultura é também a extensão da troca monetária visto que aqui se constitui uma clara produção posta no e pelo mercado. Sob este aspecto, Monbeig (1984) destaca que os processos daí oriundos referem-se à instituição da mercadoria como abstração a gerar uma sociabilidade fundada sob a perspectiva da troca. A extensão das fazendas de café, são, em seu movimento crítico, a expansão das pequenas propriedades (pequenos sítios) adquiridas pelos colonos pouco mais abonados, efetivando a necessidade de uma troca resultante, em verdade, de uma intensificação da divisão social do trabalho.

“As crises econômicas, cujos efeitos sociais são imediatos nos países novos, não deixaram de molestar a sociedade rural brasileira. Podemos contentar-nos aqui com lembrar as quedas súbitas do preço do café, que deram um golpe sensível nos lavradores, e o rápido progresso da pequena propriedade no Brasil tropical. Esta tendência anterior à crise mundial de 1929 teve um novo impulso, e não é mais possível considerar a faixa pioneira como sendo o apanágio dos fazendeiros. Apressemos-nos a acrescentar que seria errado acreditar que a grande fazenda desapareceu radicalmente; tal não aconteceu. Quando se deu a transformação da fazenda, isto não ocorreu sem uma alteração

dos limites e formas tradicionais. Os fazendeiros, obrigados a vender todos os seus bens ou parte deles, não procederam de modo rigorosamente análogo.” (MONBEIG, 1957, p. 113)

A propriedade privada da terra ao se colocar como mercadoria, constitui a possibilidade das grandes sociedades de loteamentos a produzirem os centros urbanos, através de um *patrimônio* que fomentaria a própria possibilidade da presença dos pequenos sítios em seus respectivos sítios o que evidencia este adensamento de temporalidades distintas a se efetivar em sua versão espacial.

A “faixa pioneira”, portanto, como denominou em seu trabalho de 1957, é assim, o *locus* da realização das cidades que se fundam como expressão da mercadoria que se realiza como os múltiplos momentos da vida social do Oeste Paulista. A própria propriedade privada da terra como mercadoria, que se vende e se compra, expressa essa simultaneidade, essa co-temporaneidade posta pela forma da troca, cuja expressão primacial se dá pela produção espacial das cidades no Oeste Paulista. Assim, as “sementeiras de cidades”, como expressa sinteticamente Monbeig (1984), observando o processo de ocupação no oeste paulista, refluem as distintas temporalidades adensadas e efetivadas como espaço pelo aprofundamento da divisão social do trabalho que a produção do café, enquanto elemento indutor desta *divisão*, permite resultar. Deriva-se daí, portanto, que o aprofundamento de uma realidade moderna se expressa numa divisão social do trabalho sendo a divisão entre campo e cidade um de seus resultados e pressupostos.

Não obstante este aspecto, pode-se ainda pontuar a presença de variadas formas de apropriação capitalista da expansão do café que não se limitam à sua produção propriamente dita. Ressalte-se a observação mais do que oportuna do autor (MONBEIG, 1984) no que se refere à formação das empresas de extração de madeiras de lei, no momento da própria formação da fazenda de café. Evidenciando, não só uma simultaneidade posta na e pela forma

mercadoria, mas especialmente, uma co-presença extensiva entre campo e cidade, na medida em que essa produção madeireira, como condição da expansão do café, passa a ser uma demanda da e na cidade, expressão de uma realidade que se efetiva em sua dimensão social. As necessidades médicas daí oriundas, graças às epidemias e doenças destacadas pelo autor, resultantes da migração de insetos antes habituados ao interior da floresta, apenas reitera o aproximar de temporalidades distintas (ciclos naturais e temporalidades sociais da produção de mercadorias) a se adensarem como espaço.

A violência expressa na expansão do capitalismo, no que se considera como zonas de fronteira¹¹, pode ser a revelação desta contradição da forma que, enquanto tal, busca-se superar na sua efetivação têmporo-espacial já que, na antecipação da forma, a simultaneidade é a efetivação crítica possível de seu gestar enquanto sociabilidade. As expropriações, portanto, são combinadas com subordinações, pois que contemplam, na crise da forma, a possibilidade sempre crítica de sua reprodução. Se a expansão se dá também espacialmente, particularidades na efetivação de uma sociedade produtora de valor, no caso brasileiro, estarão presentes, sendo que um dos pressupostos foi a manutenção da propriedade privada da terra como elemento fomentador da reprodução de uma sociedade hierárquica e assentada na produção de mercadorias.

Esta tese pode bem ser observada na análise de Caio Prado Jr. a respeito do *sentido da colonização*. De forma sintética, a formação social brasileira estaria, desde sua gênese, pressuposta pela forma-mercadoria, pois a constituição do Brasil enquanto sociedade, fez-se através de relações sociais de produção centradas na exportação de mercadorias. As desigualdades regionais, expostas ao longo desta obra, mostram como que as suas respectivas formações, povoamentos e atividades econômicas, tornam-se possíveis ou não segundo a maior ou menor integração das mesmas no contexto mercantil colonial.

Se a forma valor aqui já está presente, desde a gênese da sociedade brasileira, que a princípio se constitui como América Portuguesa (estamos apenas pontuando alguns aspectos para podermos desenvolver melhor o argumento) um dos meios, através do qual a mesma se realiza, é a propriedade privada da terra, vinculada certamente com a escravidão que, para Caio Prado Jr., se estabelece como uma das poucas instituições da sociedade colonial brasileira.

O fato é que a propriedade da terra torna-se um elemento que integra a formação social na medida em que ela se estabelece como um meio de produção da riqueza sob a forma valor. Se a princípio ela não tem a potência de, por si mesma, realizar um sentido de riqueza econômica, a sua condição como meio de trabalho sob o qual resguarda a possibilidade de realizar o valor da mercadoria escravo traz a ela um sentido econômico político não negligenciável. Contudo, tal integração se faz sob a égide de uma dinâmica mundial, seja colonial ou não, que se integra à formação econômica capitalista européia.

Do ponto de vista de uma interpretação histórica formativa, o período colonial caracterizar-se-á como um longo período de acumulação primitiva européia, contribuindo, a colônia, com o processo de acumulação industrial naquele continente. Marx mesmo já destacava tal fato em várias passagens de sua obra, onde a relação entre colonização e industrialização européia permitiria e exigiria a consideração dos processos coloniais como que compoem a formação capitalista no seu aspecto mundial.¹² Tal caminho interpretativo suscitou uma distinção entre centro e periferia¹³, sendo esta o espaço onde a reprodução social da forma valor se faz em um descompasso em relação às áreas donde a sociabilidade capitalista teria se difundido, tese que, em muitos sentidos, coincide com a noção de desenvolvimento desigual e combinado expressa em diferentes obras de Lenin.

Isto significa dizer que os processos aqui formados guardam, tanto interna como externamente, temporalidades distintas fomentadas por uma desigualdade mundial no/do processo de modernização. Em outros termos, no que toca à discussão aqui posta, a manutenção da propriedade privada da terra como elemento constituinte da forma pela qual a realização do valor se dá no território nacional pode configurar esta desigualdade dos processos, sendo que a própria Renda da Terra pode guardar esta busca de atualização em uma realidade mundialmente desigual e combinada. Isto é, na crise imanente da forma valor, a incorporação de aspectos temporalmente distintos - Renda da Terra pela lógica industrial e financeira, por exemplo - envolve uma *simultaneidade* determinada por esta crise da forma já referida. O breve recuo ao período colonial, justifica-se, portanto, para expressar como que um sentido posto na gênese de nossa formação restabelece seu sentido e permanência na reprodução de uma realidade hodierna. Ainda mais, pode-se argumentar que passa a ser integrado nessa reprodução dado o seu momento cuja determinação se faz pela crise da reprodução. Em outras palavras, a realização das determinações formais do capital, do valor, não tem condições lógicas de se realizar a partir de um processo total de homogeneização. As contradições da forma que, no plano mais externo mostram-se como impossibilidade de realização do lucro, re-interpretam e absorvem, sob as suas determinações, elementos que passam, então, a participar, nesta desigualdade, da realização do moderno e da modernização. Este processo de desigualdade do desenvolvimento, *simultaneidade negativa* ou atualização técnica, corrobora para a coexistência de temporalidades múltiplas unificadas pela e na forma valor. Contudo, o ponto de indagação que se tece aqui é que isto se faz por uma configuração crítica desta re-produção, mais do que por uma determinação reprodutiva, embora um não se coloque sem o outro. Em termos metafóricos, pode-se perguntar qual é o lado da moeda que se nos apresenta, desta

totalidade. A tese relativa à subordinação da Renda da Terra camponesa ao capital mostra as formas pelas quais a propriedade da terra se reitera na re-produção crítica da forma valor, efetivando-se como espaço a simultaneidade daí resultante.

Vale ressaltar que um dos importantes momentos de modernização do Brasil, em relação ao capitalismo mundial, deu-se, na década de 60, pela reunião do grande capital nacional e internacional com a propriedade capitalista da terra (OLIVEIRA, 1998 e MARTINS, 1985)

Isto porque se o período de 1930 significou já um processo de nacionalização, isto é, de fortalecimento do Estado Nacional em detrimento dos potentados locais, significou um afrouxamento dos poderes que, localmente, controlavam as tensões oriundas da concentração da propriedade privada da terra.

Desta forma, as tensões relativamente latentes até então passam a se desenvolver em forma de conflitos os mais variados. Isto implica dizer que a distensão destes poderes locais trouxe ao Estado Nacional contradições que o mesmo não era capaz de conter ou contornar.

A formação das ligas camponesas, em 1954, movidas por um aumento no pagamento da Renda da Terra pelos posseiros, devido a um aumento no preço do açúcar (ANDRADE, 1998), são um expoente desta realidade, pois que passam a se constituir de forma regional-nacional. A expansão de outros conflitos ao longo do território nacional brasileiro, concomitantes, também revelam esta potência subversiva ao Estado e às dimensões urbano-industriais pelas quais o país passava.

Deste modo, um momento desta integração - constituído aqui o nosso argumento sob a perspectiva do desenvolvimento desigual no plano das relações internacionais - à reprodução do capitalismo mundial com a extensão de políticas públicas integracionistas e desenvolvimentistas repõe a necessidade de

integrar a propriedade privada da terra ao grande capital nacional e internacional. A *militarização da questão agrária*¹⁴, portanto, através da distribuição dos incentivos fiscais que facilitarão a aquisição da grande propriedade privada da terra pelos grandes empreendimentos e através da constituição de órgãos executivos militares para suprimir à força as tensões sociais, é reveladora da incorporação de temporalidades distintas na reprodução, agora, de um capitalismo monopolista mundial. Há, de fato, uma reunião entre o capital urbano industrial e a Renda da Terra que irá compor os lucros das grandes empresas multinacionais.

Contudo, a potência da Renda da Terra na *reprodução das relações sociais de produção*, na expressão de Henri Lefebvre, se expressa não somente através da incorporação da mesma a compor o lucro empresarial, na medida em que a propriedade da terra se torna uma mercadoria, independente da realização de si como meio de produção, como pontuamos mais acima. Mas trata-se de compreender como ela (a Renda da Terra) passa a compor os pressupostos de uma reprodução da forma valor que, a partir de um dado momento se define pelas suas determinações de crise. Odette Seabra, em seu trabalho de livre docência (SEABRA, 2003), mostra como que a venda (que se dá mais como expropriação da terra) através do endividamento das populações do cinturão caipira daquilo que estava se constituindo como metrópole de São Paulo, constitui uma forma de a Renda da Terra ampliar os sentidos da forma valor, ao mesmo tempo que projeta de forma ilusória uma sobrevivência do caipira. Pois que nesta lógica o mesmo subsume-se à modernização metropolitana. Trata-se de um processo rentista que constitui, ao que pese a análise sobre a metrópole, formas de reprodução de uma realidade agrária a pôr, nesta reprodução, a própria incorporação no urbano. Aqui, ressalte-se o fato de que se o faz com um sentido ascendente da modernização, na passagem do XIX para o XX, dado o momento específico da formação capitalista por que passa

o fenômeno analisado, o que se redefine quando da passagem do XX para o XXI, como pontuaremos ao longo deste artigo.

Deste ponto de vista, reata-se uma dinâmica de extensão dos sentidos da produção e re-produção do valor no campo a realizar-se como questão agrária, na medida em que promove um processo de monetarização destas relações, seja de forma completa ou parcial. Sob o ponto de vista de uma problematização volta-se a questionar se a forma pela qual estas pequenas produções consideradas pela geografia e sociologia, como produção camponesa, são capazes de integrar a necessidade da produção de valor, demandada pela re-produção crítica do capital enquanto uma lógica socialmente posta. O que implicaria na compreensão de porque o mesmo se faz apropriando-se daquilo que lhe é diferente, incorporando temporalidades distintas que, nesta medida, realizam-se abstrata e concretamente, como uma determinação espacial do processo em movimento, de modo a desvendar os sentidos críticos, isto é, de crise da reprodução que fazem desta incorporação uma sua necessidade.

A produção de leite na micro-região de Sete Lagoas (MG): A *Itambé* e a Reprodução crítica do capital agroindustrial leiteiro

A micro-região de Sete Lagoas comporta 21 municípios com uma população aproximada de 822.379 habitantes, segundo dados do IBGE, referentes a 2003, onde a atividade leiteira nos últimos anos tem aumentado a sua produção e produtividade. Segundo o Censo agropecuário do IBGE (apud GALINARI et al, 2002) entre 1985 e 1996 a região passou de 78.387.000 de litros de leite ao ano para 134.382.000 de litros, com um aumento de 58,49% no quociente de sua produtividade. Ou seja, aumentou tanto em termos absolutos como em capacidade produtiva.

Isto significa dizer que a produção

mercantil do leite nesta região tem se caracterizado por uma maior presença de insumos relativos à ordenha, conservação *in locu* da produção de leite, além de um maior consumo de nutrientes alimentícios, através de complementos alimentícios como a ração animal, que promova uma qualidade da produção da matéria-prima leite mais adequada às exigências de uma indústria produtora de seus derivados, como a *Itambé*, principal receptadora da produção nessa região, além da Cooperativa Regional de Produtores de Leite de Sete Lagoas.

O aumento da produtividade do setor produtivo do leite no Brasil, contudo, deve ser salientado - ao contrário de uma perspectiva desenvolvimento-ufanista, que faz a apologia do profissionalismo e da produtividade - como consequência da intensificação da concorrência monopolista no interior desse ramo produtivo, como uma expressão da forma pela qual a enorme capacidade produtiva do capital expande a necessidade de assegurar para si uma remuneração que, ao mesmo tempo, signifique um aumento da capacidade não só produtiva, mas que configure a possibilidade de expansão do montante de riqueza assegurada nas relações de troca entre produtor e empresa monopolista. Deste ponto de vista, a expansão deve ser tanto intensiva como extensiva, o que ainda implicará na necessidade de uma reflexão a respeito da Renda da Terra a compor a riqueza monetária em mãos dessas empresas.

O que se tem é que a intensificação desta capacidade implica numa necessidade de assegurar uma extensão também absoluta da remuneração destes investimentos que se configura na extensão da produção desta mercadoria. Ou seja, a concorrência inter-monopolista das empresas de comercialização do leite implica na necessidade da extensão areolar desta produção, sendo o Estado de Minas Gerais uma expressão desta lógica determinada pelos nexos da forma valor, por se tratar do maior produtor de leite da unidade da Federação.

Em outras palavras, no que diz respeito ao mercado interno brasileiro, há que se refletir sobre a presença de um volume de leite e seus derivados a partir de uma maior integração do Brasil no mercado internacional, mais **especificamente no Mercosul**¹⁵. Cabe ressaltar que as principais empresas monopolistas no Brasil disputam a ordem de 207.393 produtores com uma produção de 6.060mi de litros de leite, isto para o ano de 1997 (GALINARI, et al, 2002).

Essa integração é, do ponto de vista da reprodução ampliada do capital em questão, uma necessidade de se incorporar cada vez maiores contingentes de produtores com mais alta produtividade para que se possa restabelecer um nível mínimo de reposição dos investimentos que passam a ser necessários à remuneração do lucro médio requerido num aprofundamento do desenvolvimento das forças produtivas. Estamos aqui salientando, portanto, que a necessidade de um maior volume do montante de Renda da Terra reunido em mãos das distintas empresas, repartido segundo a capacidade produtiva de seu monopólio na esfera da produção, repõe as determinações da forma crítica pela qual a mesma se reproduz. Sob esta perspectiva, mais do que produzir a mercadoria própria leite para o processamento de seus derivados, estamos diante da possibilidade deste ramo produtivo estabelecer-se, a partir da produção propriamente dita, como um importante consumidor produtivo dos implementos e insumos agrícolas destinados ao setor. Sob este ponto de vista temos uma duplicidade de elementos pressupostos que colocam, sob distintas formas, a subordinação da Renda da Terra ao capital da indústria do leite.

Destaca-se que a necessidade de remuneração de um montante de capital destinado ao desenvolvimento das forças produtivas - o que, neste caso, envolve o conhecimento científico químico e biológico que passa a compor possibilidades de novos e mais eficientes produtos no mercado - carece, no âmbito da produção, de uma especificidade da matéria prima (leite) cujos riscos de produção

passam a ser incorporados como consumo produtivo dos pequenos, médios ou maiores produtores¹⁶. Isto implica dizer que, no ano de 1998, 48,36% do número de produtores fornecedores à *Itambé* constituíam-se como fornecedores de até 50 litros de leite por dia, 35,77% relativo aos fornecedores de 51 a 200 litros e, acima de 200 litros/dia, reúne-se a produção de 15,87% do fornecimento do leite a esta empresa. Sendo que os dois primeiros grupos comportam 90,78% do volume da produção receptado pela *Itambé*¹⁷.

Os anos entre 2000 a 2005, contudo, parecem indicar uma significativa seletividade dos produtores determinada, na esfera da produção da matéria-prima láctea, isto é, junto ao produtor, pela queda nos preços do litro de leite ao produtor¹⁸, conjuminada à inserção concorrencial da produção de lácteos no mercado sul americano. Deste ponto de vista, as exigências de uma maior produtividade tornou não só mais custosa a produção da matéria-prima como, conseqüentemente, redefiniu a faixa de produtores capazes de fornecer aos atuais custos *versus* preço ao produtor.

Há uma necessidade crescente de adequação desta produção da matéria-prima

láctea às exigências do aumento da capacidade e variedade produtivas na transformação da mesma matéria. O que significa dizer que, na obtenção dos produtos necessários à adequação da qualidade do leite, tais custos passam a ser incorporados pelos produtores, que não mais se mantêm no mercado com uma pequena produção (Cf. Foto 1).

O que se tem, portanto, de um modo bastante importante, é a formação de um ramo produtivo cuja característica, enquanto uma agroindústria é, certamente, a sua participação não somente no fornecimento da matéria prima a ser industrializada, mas, especialmente, no quanto esta integração/subordinação do produtor comporta a capacidade de reproduzir um capital urbano industrial que se configura, também, como fornecedor de implementos agrícolas. Estando subordinado a estes dois pólos da produção urbano-industrial, determinados pela concorrência intermonopolista da produção de leite e seus derivados, redefine-se, assim, a adequação do produtor às exigências da acumulação empresarial monopolista. A Renda da Terra, enfim, é disputada tanto à jusante, como à montante pelos capitais envolvidos neste ramo produtivo, caracterizando a extorsão ao produtor, necessária a esta forma de troca.

Foto 1



José Geraldo Lara, proprietário da Fazenda *Camaleira*, em frente ao brete adquirido por R\$ 8.000,00 para diminuir o trabalho junto ao gado leiteiro que, mesmo assim, não foi possível adequar o fornecimento de 200 L/dia de leite à queda dos preços ao produtor, pela *Itambé*. Distrito de Silva Xavier, Sete Lagoas (MG).

Foto: Anselmo Alfredo, março de 2007

A forma pela qual a participação do capital leiteiro no Estado de Minas Gerais tem se desenvolvido pode estar associada à movimentação do volume de crédito ao setor pecuário no que diz respeito aos anos 80. Segundo NABUCO (1988), o montante de crédito destinado ao setor agropecuário pode estar relacionado com a extensão da fronteira agrícola do próprio Estado, à qual foi incorporado 600 mil ha de lavouras. Com isto, a agropecuária apresentou um decréscimo do crédito de custeio, investimento e comercialização até o ano de 1984, com recuperação a partir do ano de 1985, o que permite a autora dividir a dinâmica da modernização, nesse Estado, em dois períodos, já expostos, ou seja, até 84 e posterior a 84. Sob a perspectiva da pecuária, o volume de crédito reduziu em 40% em 1980, atingindo menos de 20% no ano de 1985. O que nos cabe analisar, portanto, é, até que ponto, a redução do crédito via Estado, permitiu uma abertura na participação da *Itambé*, ou mesmo da cooperativa intermediária acima citada, como fornecedores particulares de crédito, no que diz respeito à produção leiteira na região em estudo. Ou seja, até que ponto este retirar do Estado como fornecedor do capital financeiro não é uma forma de sua atuação, na medida em que possibilita uma integração/ dependência ainda maior entre produtores e a própria empresa. A extensão desse crédito pode significar uma ascensão do capital financeiro a movimentar formas de produção que o remunerem nos seus diferentes aspectos, seja no fornecimento de implementos, seja na industrialização do próprio leite. Destaque-se o fato de que a queda nos investimentos do setor agropecuários mineiro atingiram especialmente o setor de custeio, investimento e comercialização (NABUCO, 1988), o que pode ter propiciado a expansão deste capital na sua forma específica como agroindústria na medida em que subordina, tanto via implementos como pelo processamento da matéria-prima.

Isto significa dizer que a expansão da base e mesmo da produtividade leiteira pode ser, ao contrário do que parece, uma expressão

da dimensão crítica da reprodução dos grandes capitais produtores de leite - e isto justamente por se constituírem como capitais monopolistas de dimensões dilatadas - que, assim sendo, necessitam subordinar a Renda da Terra ao capital, dado a menor necessidade de investimento, por esta forma, na composição do que se colocaria como capital próprio da empresa. A intensificação do nível da concorrência, portanto, reflete uma necessária extensão e intensificação da produção da mercadoria leite para que se possa, dessa maneira, estabelecer a reprodução desses capitais nesse específico ramo produtivo da economia brasileira. Ou seja, tal expansão, repetamo-lo, é expressão de uma reprodução crítica que aparece - no sentido próprio da aparência - como dinâmica ascendente do setor em discussão. Isso terá derivações nas formas mais ou menos violentas, mais ou menos explícitas de violência que suportará ou não o pequeno agricultor, na medida em que esta indústria se efetivará não só pela subordinação da Renda da Terra ao capital, mas especialmente, pela, e por isso, redefinição da sociabilidade de bairro aí então constituída, pois a readequação espaço-temporal do produtor imprime uma razão empresarial à propriedade que subverte os sentidos de uma sociabilidade não-monetária.

Expressão dessa dinâmica crítica pode, inclusive, ser observada na forma descendente do preço oferecido ao fornecedor entre os anos de 1994 a 1997 (de 43 centavos, em 1994, para 26 centavos, em 1997) ao mesmo tempo em que o volume da produção de 1980 para 1998 passa de 11.162 mi de litros para 20.088mi de litros¹⁹. Ou seja, ao mesmo tempo em que as empresas receptoras de leite tiveram um volume maior de captação da Renda da Terra, através do trabalho no campo, precisaram, ainda assim, aumentar a taxa de Renda da Terra que em suas mãos estiveram detidas. Assim, o aumento da necessidade de remuneração do capital de tais empresas aponta para uma perspectiva reprodutora crítica destes mesmos capitais. Os limites e contradições postos pela

lógica produtora de valor são contornados, mas não superados, nas formas mais ou menos expropriativas que tal capital se efetiva na relação entre trabalho, Renda da Terra, lucro médio e acumulação capitalista, determinada, possivelmente, pelo nível necessário de remuneração de um capital que não se limita mais aos estreitos padrões de um capital produtivo. O crédito aí presente evidencia a extensão do capital financeiro em busca de uma remuneração cuja participação do setor produtivo pode, contraditoriamente, dilatar a dimensão daquele que busca se remunerar. Ou seja, o próprio capital financeiro estende sua participação, determinando as formas de reprodução e exponencializando o que chamamos de reprodução crítica! Os termos de como isto se dá veremos na análise dos investimentos de uma empresa específica, a *Itambé*, maior cooperativa receptadora de Minas Gerais.

Embora estejamos nesse momento refletindo sobre dados relativos ao Brasil, considere-se o rebatimento dessa produção no Estado de Minas Gerais, dado ser este último o

Estado de maior produção leiteira no país. O atual nível de desenvolvimento das forças produtivas neste ramo produtivo pode ser observado, segundo as mesmas fontes, já citadas, a partir do índice relativo à produtividade por vaca ordenhada no Brasil. Trata-se de uma variação sempre ascendente, ao longo dos anos de 1970 a 1996 de 100 (ano base de 1970) para 193. Ou seja, uma quase duplicação da produtividade no âmbito da ordenha ao longo de 26 anos, sendo que entre 75 e 80 tem-se um salto de 113 para 138, no índice de produtividade. Em termos absolutos, trata-se da passagem de 678 litros vaca/ano, em 1970, para 1.307 litros vaca/ano, em 1980. Para os dados relativos ao município central da micro-região em estudo, observa-se que em 2003 de 4.122 vacas ordenhadas em Sete Lagoas, pôde-se obter 10.818.000 litros de leite, o que resulta numa média de 2.624 litros de leite ao ano por vaca. O que evidencia um crescimento na capacidade produtiva da matéria prima do setor ao longo das décadas. Os dados abaixo mostrarão a produtividade por vaca nos municípios que comportam a micro região de Sete Lagoas:

Minas Gerais (Brasil) - 2003			
Produção do leite na micro região de Sete Lagoas			
Municípios	Vacas ordenhadas	litros de leite ano (x 1000)	Produtividade média por vaca (litros/ano)
1. Araçuaí	965	2.205	2.284
2. Cachoeira da Prata	946	2.043	2.162
3. Caetanópolis	1.328	2.898	2.182
4. Capim Branco	566	2.476	4.374
5. Cordisburgo	6.433	12.681	1.971
6. Esmeraldas	13.195	22.154	1.678
7. Fumilândia	2.722	5.995	2.202
8. F. de Minas	2.012	4.128	2.051
9. Inhaúma	5.083	24.273	4.775
10. Jequitibá	3.397	8.140	2.396
11. Maravilhas	4.567	9.106	1.993
12. Matozinhos	2.093	5.837	2.789
13. Papagaios	4.936	8.466	1.715
14. Patanopéba	6.073	15.858	2.611
15. Peguari	6.171	11.554	1.872
16. Pompeu	21.295	68.939	3.239
17. Presidente Juscelino	6.819	8.383	1.229
18. Prudente de Moraes	1.408	3.083	2.189
19. Ribeirão das Neves	1.298	2.093	1.612
20. Santana de Pirapama	5.338	9.355	1.752
21. Sete Lagoas	4.122	10.818	2.624

Fonte: IBGE, Cidades, Município por Município, 2003
Organizador: Anselmo Alfredo, fev/2006

Se há aqui a possibilidade já de apontarmos para o fato de que a subordinação da Renda da Terra ao capital revela a importância da pequena propriedade junto à reprodução dos capitais monopolistas urbano-industriais, como aponta, por exemplo, Amin e Vergopoulos (1986), de modo a compreender a integração da pequena produção à reprodução geral da sociedade, cabe ainda estabelecer, a partir daqui, a relevância da Renda da Terra, nesta subordinação, para a expansão possível de um capitalismo crítico. Isto significa pensar sobre as determinações da questão agrária para com a reprodução do capitalismo em sua versão a mais dinâmica, isto é, a mais crítica, expressa pela sua enorme capacidade produtiva. Destaque-se que a presença entre pequenos e grandes proprietários estabelece a possibilidade de se analisar, sob o enfoque da composição da Renda da Terra o papel que daí deriva a formação tanto da Renda da Terra Diferencial como aquela relativa entre a diferença da composição orgânica do capital entre a agricultura e indústria. O que sugere derivações importantes para a compreensão do que, a partir do monopólio da indústria leiteira, pode-se constituir como a questão agrária na sua especificidade brasileira.

Do ponto de vista da produção de leite no Estado de Minas Gerais e da capacidade que este capital agro-industrial tem de se reproduzir, deve-se destacar que a análise da movimentação da principal receptadora de leite no Estado de Minas Gerais, a Cooperativa Central dos Produtores de Minas Gerais Ltda (*Itambé*), revela algumas das contradições que faz da própria Renda da Terra uma necessidade de sua reprodução. Não se trata aqui, evidentemente, de traçar parâmetros históricos da própria empresa, mas de observar os limites do processo geral de acumulação que a mesma pode permitir observar, embora a análise aqui possa ser verdadeira exclusivamente para com a mesma empresa citada.

A análise de 15 anos de seu processo de acumulação (1989-2005) é reveladora dos limites encontrados pelo próprio capital e,

portanto, de sua reprodução ampliada. Ou seja, a forma pela qual se dá a reposição ampliada de seus pressupostos não vai sem dificuldades que passam a incorporar, como iremos em breve expor, tanto elementos do capital financeiro como a própria Renda da Terra.

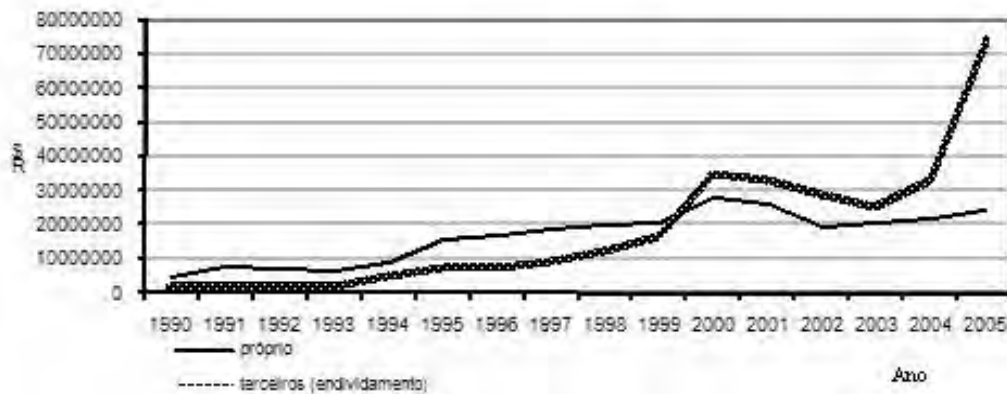
Destaque-se, em primeiro lugar, que os níveis de investimento da empresa em questão, ao longo do período em análise, aumentam da casa de 71 mi de Reais em 1989 para 988 mi de Reais em 2005²⁰. Do ponto de vista do montante total de investimentos realizados, tem-se uma multiplicação a 13 vezes, ao longo de 15 anos de acumulação. Contudo, a análise mais aproximada da composição destes investimentos revela que a percentagem de capital investido por terceiros, isto é, empréstimos, aumenta sua participação na medida em que novos investimentos vão se tornando necessários para a manutenção da reprodução ampliada deste capital. Assim, se em 1989 a empresa mantém uma percentagem de capitais de terceiros por volta de 24,7% do total de investimentos, este montante tende a um crescimento constante, excetuando os anos de 1992 e 1993, cujo índice de acumulação foi negativo, isto é, significou uma perda, sendo que no ano de 1999 este capital externo, isto é, incluído no capital de investimento da empresa a partir do setor financeiro, atinge quase a metade do montante de investimentos da empresa, ou 43,84%. Já em 2000 e 2001 a participação de capitais de empréstimos no desenvolvimento das forças produtivas da empresa representa (ou seja, tanto nas indústrias transformadoras como no empreendimento de captação do leite), respectivamente, 55,44 e 55,73%, a evidenciar, dentre outros elementos, que o processo de acumulação deste capital específico não comporta um montante suficiente que, por si só, seja capaz de repor os seus próprios pressupostos. A expansão de seu parque industrial, mostra-se, contraditoriamente, como uma insuficiência de seu processo de acumulação gerar a sua reprodução ampliada.

Trata-se de um montante que permite uma dada confiabilidade de empréstimo que faz o capital a juros participar dos investimentos necessários para que a empresa mantenha sua competitividade e seu padrão de acumulação no mercado nacional. Pode-se ainda derivar daqui que a necessidade de ampliação de sua capacidade produtiva, especialmente no que diz respeito à produção de derivados, se estabeleça com anterioridade de seu investimento precedente permitir tal investimento. Assim, as transformações no processo geral de produção, isto é, o desenvolvimento social total das forças produtivas, incluindo-se a ciência química e biológica como parte profundamente participante deste processo, através da transformação do leite em seus derivados, exige uma variedade de produtos e uma capacidade de produção que se estabelece anteposta à própria capacidade de investimento da empresa, ou seja, a inovação produtiva - graças àquilo que Marx denominou de *trabalho social*, constituinte da *Grande Indústria* - antecede a própria capacidade de reprodução. Em outros

termos, a expansão do capital aqui em análise reflete, por assim dizer, os limites da acumulação mais do que a potência deste capital mesmo, trata-se daquilo que buscamos evidenciar como uma reprodução no interior da crise da reprodução, ou ainda, de uma reprodução crítica, ainda que ampliada. Se considerarmos os períodos de 5 anos como de renovação de suas forças produtivas, os mesmos seguem, como já o demonstramos, uma sempre constante crescente participação do capital de empréstimos para que a mesma reprodução ocorra, permitindo compreender a possibilidade de que a renovação das forças produtivas se dê pelo desenvolvimento geral do setor que pressiona esta antecipação do próprio conceito (reposição posta dos pressupostos sem de fato se efetivar) cuja expressão se dá pela participação do capital financeiro como elemento viabilizador desta necessidade. Vejamos o gráfico 1, que representa esta participação de capital próprio e de terceiros em valores absolutos:

Gráfico 1

Itambé: Utilização de Capital Próprio e de Terceiros



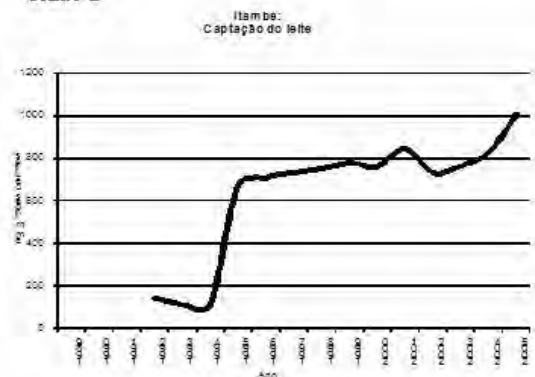
Fonte: Itambé: Relatórios Anuais (1993-2005)
Organizador: Anselmo Alfredo, março/2007

O biênio de 2004 e 2005 expressa de modo flagrante a necessidade de participação destes capitais de empréstimo, onde a imobilização de capital próprio passou de 109,64 para 190, 95%²¹, ou seja, uma evolução de mais de 90% desta imobilização para a ampliação de seu parque industrial cuja participação de outros capitais na renovação de sua capacidade de transformação atinge mais de 75%, resultada de investimentos em duas novas unidades, uma em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, outra em Goiás. Em outros termos, a participação de capitais de terceiros, isto é, de empréstimo, é diretamente proporcional à necessidade de renovação de sua capacidade produtiva, revelando, como já o dissemos, a insuficiência do processo de acumulação para corresponder à capacidade de acumulação geral do capital. Não se trata aqui apenas de observar que o capital de empréstimos, nos termos da discussão do *capital a juros*, do terceiro volume d' *O Capital*, constituir-se como um superar de uma etapa que adianta a produção capitalista propriamente dita²², mas sim, especialmente, de evidenciar a presença estruturante deste capital como forma de reposição de seus pressupostos, o que mostra que tal reposição é, efetivamente, fictícia, isto é, ocorre de modo não efetivo, a remunerar um capital cuja produtividade é determinada pela capacidade média social de

produtividade impulsionada, agora, pela fixação dos juros bancários. Ou seja, o empréstimo bancário implica uma adequação da empresa a uma produtividade social média e sua expansão significa, a contrapelo, a remuneração deste capital, mais do que o seu próprio. Sugere-se, falemos com precaução, que a "saúde financeira" da empresa passa a se constituir como capacidade de pagar empréstimos a longo prazo, mas que a própria condição geral da produtividade social exige sempre novas participações de capitais de terceiros, tornando a reposição ampliada dos pressupostos do capital uma determinação do capital a juros.

Assim, observa-se, de um ponto de vista da própria composição da Renda da Terra a este capital um aumento substancial de sua massa, nos termos da seção VI do 3º. volume de *O Capital*, passível de ser observada através do crescimento da captação do leite. Ou seja, em 1991 a maior receptadora de leite do Estado de Minas Gerais atinge a ordem de 146,1 mi de litros de leite, passando em 2001 para 843,2 milhões de litros e atingindo a casa do bilhão de litros em 2005, quando do funcionamento da fábrica de Uberlândia, que permitiu a extensão de suas atividades no Triângulo Mineiro. O gráfico 2 contribui para analisarmos esta ascensão da captação do leite pela Cooperativa *Itambé*:

Gráfico 2



Fonte: *Itambé*: Relatórios Anuais (1993-2005)
Organizador: Anselmo Alfredo, março/2007

Ou seja, do ponto de vista da massa de captação de valor pode-se observar um real e importante crescimento através do volume de matéria-prima captada, contudo, possivelmente, a taxa de remuneração deste capital através deste ganho não corresponde aos níveis exigidos pela massa de investimento destinada ao aumento desta mesma captação e ou transformação industrial da matéria prima. Ainda que se possa estabelecer uma extensão do montante de valor através da Renda da Terra, os preços finais, sejam crescentes ou constantes, não são suficientes para remunerar os níveis de investimentos necessários em forças produtivas. Assim, a produtividade do capital é proporcionalmente menor do que a massa de Renda da Terra obtida para remunerá-lo, ainda que, como observamos no gráfico sobre captação de leite, o seu montante seja ascendente. Ou seja, ainda que aumente a sua produtividade, os custos para isto se realizar são maiores do que a massa de Renda da Terra daí resultante seja capaz de remunerá-lo. O que buscamos destacar é que, enfatizemos, a extensão da Renda da Terra como algo estruturante, isto é, necessário e não contingencial, à reprodução do capital urbano industrial, seja na forma de monopólio, seja na forma de remuneração do capital financeiro, é reveladora de uma reprodução crítica do conceito de capital, o que faz, de fato, a sua verdade conceitual. Se a Renda da Terra é determinada como necessidade de sobrelucro por sobre o lucro, como evidência de uma crise de acumulação, pois que aqui revela-se que o lucro não é mais suficiente, trata-se, neste caso, de um aprofundamento das determinações críticas quando da insuficiência do sobrelucro para com essa remuneração. Em outras palavras, a *metamorfose do sobrelucro em renda fundiária*, como temos insistido, não compõe a reprodução dos pressupostos, tornando, tal reposição, uma ficção efetivada, enquanto ficção, pelo capital a juros.

Marx, no terceiro volume d'*O Capital*, mostra como que a Renda da Terra, ao se constituir como sobrelucro pode compor distintas

formas de combinação na relação entre seu *custo de produção*, *preço de venda* e o montante de sua produção que geraria, nesta relação, a taxa de sobrelucro ou taxa de Renda da Terra. Os casos analisados pelo autor são o de preço de venda decrescente ou constante. No primeiro, os solos menos férteis tendem a não mais compor a possibilidade de produção, pois que, com preços decrescentes o próprio lucro fica comprometido. O que se tem, contudo, é que mesmo com investimentos duplicados de capital na produção agrícola e com um aumento conseqüente da massa de produtos e de Renda da Terra em produtos, a Renda da Terra em dinheiro, libras esterlinas no caso analisado pelo autor, implica numa redução, é o que se pode averiguar no confronto entre as tabelas I e IVb, desta seção d'*O Capital*²³. Ou seja, mesmo com um grande aumento do montante da renda em produtos, o resultado disto, em termos de valor, não compõe a possibilidade de compensação dos investimentos realizados para esta expansão. Uma das conseqüências desta realidade é, justamente, o fato de que os solos menos férteis, solo A, passam a não mais se constituir como solos produtivos, do ponto de vista de uma produção capitalista, de modo que o solo regulador do preço passa a se constituir como o solo B, segundo pior solo, o que implica, conseqüentemente, numa redução da renda, como sobrelucro, obtida a partir de um solo cujo custo de produção menor permite uma composição menor de Renda da Terra para outros solos.

O que temos, no caso em análise é que, igualmente, os produtores de menor rendimento tendem a deixar o mercado dado o preço menor pago ao produtor, mantendo apenas os produtores de maior rendimento que, igualmente na análise de Marx, já satisfazem o mercado, devido a maior produtividade. Contudo, isto não se dá pelo preço de venda decrescente, mas especialmente, pelos custos determinados pelo desenvolvimento das forças produtivas que, em termos de resultado, equivale a um preço decrescente ao consumidor final. Isto implica que, apesar de a massa de

renda ser maior em termos de produto, enquanto valor monetário a mesma se reduz nas mãos da empresa monopolista.

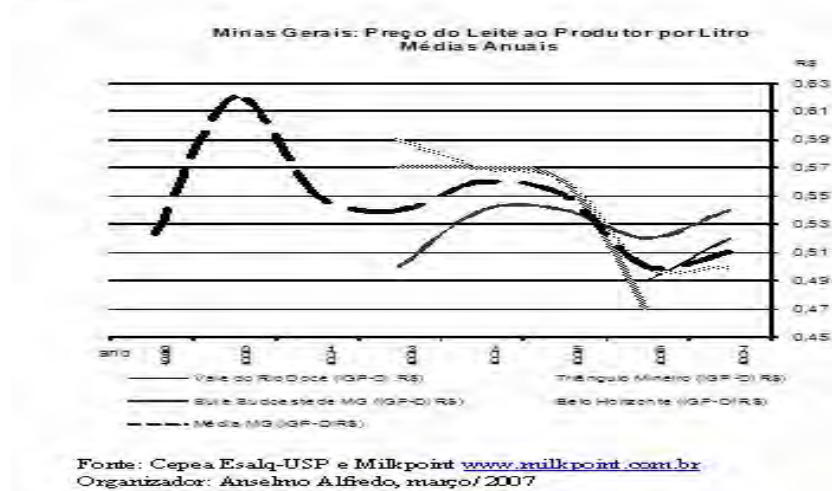
Tem-se o estabelecimento, portanto, do desenvolvimento desigual entre capital urbano industrial - transformador do setor agrícola da agroindústria - e produção agrícola, que põe uma necessidade sempre crescente de aproximação dos níveis de produtividade deste último para que a remuneração se o faça através da Renda da Terra, mas cuja capacidade produtiva do setor propriamente industrial sempre a põe como insuficiente para sua própria remuneração. Isto como um fenômeno próprio de um momento em que há um encurtamento do tempo de investimento no desenvolvimento das forças produtivas, antes mesmo que a remuneração do investimento anterior se o faça de modo completo, o que permite a participação do capital financeiro como determinação desta reposição fictícia. Do ponto de vista do produtor, isto se revela como seletividade e endividamento, pois tem de estar sempre inovando para remunerar um montante cada vez maior à empresa captadora, também endividada.

Assim, não é surpreendente que a própria empresa utilize parte de seu capital para absorver sua remuneração no setor financeiro. São 107 milhões de reais do exercício de 2005²⁴ que constituíram sobra líquida, a buscarem aplicação no mercado financeiro. Ou seja, a sobra líquida corresponde a 107mi por 988 bi na relação com capital total investido a longo prazo, ou 107 mi por 743,4 bilhões, na relação do capital investido, de empréstimo, a longo prazo. Ou seja, 107 milhões de sobra remunerar-se-ão no mercado financeiro como uma das formas de pagar um

capital 9,2 vezes maior cuja maior parte foi obtida através de empréstimos a juros de mercado. Trata-se de um capital financeiro constituindo possibilidade de pagar um outro capital financeiro, ou seja, nem toda constituição do capital se explica pela produção, ou ainda, se se quiser aprofundar a assertiva, a própria produção perde potência de determinação da forma na reposição do capital.

Há ainda que se destacar que a abertura de novas áreas produtora permite compor um diferencial de produção e de produtividade cuja resultante irá constituir um dos pilares da atividade monopolista que é a política de preços, o que terá importância fundamental para a compreensão da Renda da Terra que se incorpora à produção industrial da empresa não só como forma de redução de custos da produção de matéria prima, – através da exploração da pequena propriedade - mas também como forma de captação de valor pelo diferencial da produtividade, o que fundamentará a própria política de preços, explicitando os aspectos críticos desta reprodução. Assim, não se trata apenas de uma extensão e intensividade da produção leiteira, demandada *a posteriori* pela capacidade produtiva transformadora do monopólio, mas especialmente de reduzir de modo total (isto é em todas as áreas produtoras) e de forma relativa (ou seja, apropriando-se do diferencial de produtividade como forma de incorporar maior valor no preço final do produto) os custos desta reprodução total do capital. A política de preços ao produtor é indicativa desta estratégia de acumulação que fundamenta o próprio sentido do monopólio. Observemos a evolução dos preços no Estado de Minas Gerais no gráfico 3:

Gráfico 3



Desta forma, podemos observar, segundo gráfico apresentado, dois aspectos importantes em relação à empresa que nos é objeto de análise. Um primeiro é que o crescimento de seu parque industrial corresponde, no período de 2000 a 2007 a uma diminuição global, no Estado de Minas Gerais, do preço do leite pago ao produtor. Ou seja, no momento de desenvolvimento das forças produtivas ou de reprodução ampliada do capital, o preço ao produtor diminui, seja pela concorrência, seja pela necessidade de pressionar a diminuição dos custos da matéria-prima para aumentar a margem de ganho necessária no âmbito do aumento do endividamento pelos motivos já expostos. Não obstante esta queda geral, as principais áreas de captação da *Itambé*, Belo Horizonte e Triângulo Mineiro, apresentam os menores preços por litro pagos ao produtor em todo o Estado, especialmente a partir dos novos investimentos já citados (2004 e 2005) quando coincide uma queda geral do preço ao produtor no Estado. Isto pode nos indicar uma redução de sua capacidade de pagamento - liquidez geral - como resultante da incapacidade de a Renda da Terra cobrir os investimentos em capital. Ou seja, embora a massa de Renda da

Terra aí seja ascendente; proporcionalmente ao investimento exigido para a captação e transformação dessa mesma massa, o crescimento é negativo, isto é, pode crescer, mas sempre menos e cada vez menos do que a proporção exigida para a remuneração do capital. A Renda da Terra não corresponde às exigências de remuneração do capital global da empresa, de modo que sua crescente expansão é fundamentada numa reprodução crítica de seu capital, expresso na importância que o capital financeiro adquire como componente de sua acumulação/endividamento, tornando sinônimos categorias antepostas, de modo a expressar os sentidos de uma reprodução ampliada e crítica do capital. Nos termos de Marx, não é o capital que explica a Renda da Terra, mas a existência da Renda da Terra que explica sua expansão no campo. Vale ainda destacar o fato de que a diferenciação de preços ao produtor, com flagrante desigualdade entre a tendência geral de queda e a ascensão na área do vale do Rio Doce, pode, não o sabemos com certeza, significar um acrescentamento de Renda da Terra, na medida em que o alto preço desta área pode nivelar-se como custo geral da produção - sem de fato o ser - repassado ao preço final das mercadorias. Isto feito, teríamos duas vias

de realização da Renda da Terra como forma de fomentar a precária remuneração do capital. Uma através dos preços ao produtor, outra, através dos preços ao consumidor final²⁵.

Do ponto de vista do produtor, a tendência é a de se acentuar a seletividade, ou seja, só os mais produtivos e os que produzem maior montante de leite poderão fomentar os próprios investimentos na ordenha, assalariamento, implementos, dentre outros. Isto é, a faixa de produtores que está entre 25 e 300 litros por dia tenderá a ter uma participação menor no montante de leite captado por essas empresas, pois os custos do capital financeiro, mediados pela ampliação do capital industrial do monopólio, acabam por rebater no produtor através da política de preços e da necessidade de aumento de produtividade. Se a média do Estado de Minas Gerais cai, em 1999, de R\$ 0,62 para R\$ 0,51, o preço do litro de leite pago ao produtor, em 2007, as áreas de maior receptação da *Itambé*, Belo Horizonte e Triângulo Mineiro, já mencionadas, têm um decréscimo médio anual no preço ao produtor de R\$ 0,57 para R\$ 0,47 entre os anos de 2001 a 2006, respectivamente, estando, a partir de 2004, abaixo da média do Estado e com um crescimento negativo contínuo do preço²⁶. No caso do Triângulo Mineiro a queda é de R\$ 0,57 para R\$ 0,50, no mesmo período, respectivamente e sob as mesmas condições descendentes. Ou seja, a parte que cabe ao produtor no pagamento dos investimentos da ampliação do monopólio tem significado um montante maior, ainda que insuficiente, para as necessidades de um capital que, ao que tudo indica, antes mesmo de sua remuneração tem que se renovar. Neste sentido, podemos afirmar que as dimensões do capital financeiro acabam por ser os elementos mais explicativos daquilo que compõe a mobilidade deste capital em termos de expansão areolar. Assim, como temos buscado argumentar, a expansão da massa de capital pode coincidir com os sentidos críticos da reprodução deste mesmo capital, embora *apareça* como expansão ascendente do capital. Trata-se, por assim dizer, *não de uma crise de*

produção do capital, isto é, de uma massa de mercadorias maior do que a capacidade de consumo, mas de uma crise de acumulação, ou seja, os níveis de investimentos exigidos não correspondem à remuneração possível desses mesmos investimentos, tornando o capital financeiro o elemento determinante de sua reposição. Desta maneira, cabe comentar que a política de preços, quando utilizada como uma forma de aumento da remuneração do capital, de modo estruturante, implica numa explicitação de que a própria produção do valor não é mais suficiente para se fomentar como determinante no processo de acumulação e mesmo reprodução da sociabilidade capitalista. Daí a própria Renda da Terra, quando participante do capital produtivo e, no caso, financeiro (através de empréstimos de terceiros) evidenciar, em sua incorporação, aspectos críticos da reprodução, especialmente porque ela (a Renda da Terra) se efetiva numa diferença de *preços* cujo tributo, como bem o sabemos, é pago por toda a sociedade. Ou seja, os níveis de acumulação passam a ter a participação dos preços como elemento mais importante, talvez, para a acumulação do que a própria produção de valor, embora ambos se componham, ainda que reunindo descontinuidades.²⁷

Marx já afirmava que, embora o preço se apresente como a régua do valor, isto é, aquilo que o expressa, ao se constituir como linguagem da mercadoria, a relação de troca com o dinheiro, antecipa, como preço, o valor que na forma de mercadoria pode captar, evidenciando uma medida necessária a uma sociabilidade sem medida. Assim, ao ser expoente do valor e expoente de sua relação de troca com o dinheiro, não é correto que a sua relação com o dinheiro seja, necessariamente, uma exposição de seu valor, de modo que, enquanto expressão de valor pode, contraditoriamente, realizar *a posteriori* uma relação de valor: Assim:

“Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela. Mas

nessa relação pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dadas circunstâncias, ela é alienável. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre o preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra.” (Marx, 1988, Vol. I, p. 91)

O preço, de resultado, transforma-se em condição, em medida do valor a ser captado pela mercadoria. O ponto, contudo, é compreender o momento em que a produção de valor toma uma importância menor do que a diferenciação do preço (condição da própria Renda da Terra). Assim, pode-se dizer que a Renda da Terra, ainda que se efetive, no seu sentido categorial como sobrelucro do capital, esta transferência ao montante da acumulação da empresa não condiz, como já discutido, com as necessidades de remuneração de um capital sempre carente de novos investimentos, dado o desenvolvimento social das forças produtivas do capital ao qual a própria agroindústria do leite é participante.

Assim, os níveis de investimento no desenvolvimento das forças produtivas caminham num montante absoluto e proporcional ao patrimônio total da empresa, numa curva sempre ascendente, dada a

necessidade de adequação de sua força produtiva aos parâmetros gerais das forças produtivas da sociedade, resultante isto, como já o expressamos mais acima, da constituição do trabalho social como aprofundamento da divisão social do trabalho, neste momento específico de reprodução do capitalismo, enquanto uma sociabilidade específica.

Em contrapartida aos níveis de investimento em capital constante, tem-se a diminuição da liquidez (Gráfico 4), isto é, o montante monetário disponível no interior da empresa, de modo que a sua disponibilidade de pagamento tende a uma diminuição, o que, do ponto de vista dos preços ao produtor do litro de leite, contribui significativamente a esta tendência geral de queda, como demonstramos no gráfico sobre os preços. Se a noção de patrimônio líquido, contudo, refere-se apenas ao montante de capital monetário, é certo que esta porcentagem é maior do que o próprio gráfico evidencia, pois não estão computados nesses dados o patrimônio que corresponde ao capital constante propriamente dito, porém, a evolução das duas curvas são reveladoras da importância que a necessidade de investimentos tem para a manutenção da reprodução do próprio capital. Se a remuneração deste capital não corresponde aos níveis de investimentos, temos, assim, um preenchimento desta ausência através de um capital financeiro que *ficionaliza*, na expressão de Robert Kurz (2004) portanto, a própria expansão, fundamentando a *aparência* expansiva ascendente do próprio capital.

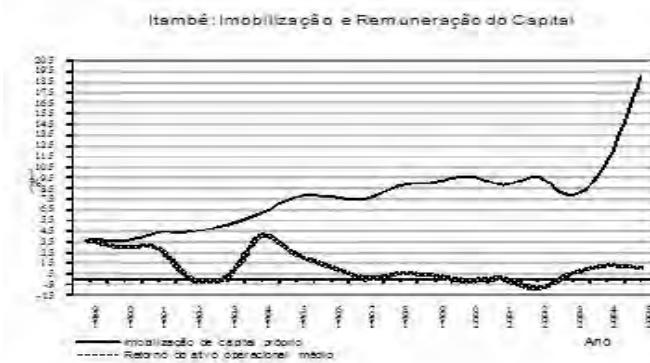
Gráfico 4



Ainda cabe salientar que os níveis de investimento sempre crescentes de capital próprio apresentam uma constância, senão redução, do próprio percentual de retorno do que a economia política da empresa chama de *retorno do ativo operacional médio*, ou seja, trata-se de observar daquilo que foi investido (ativo), quanto retornou em termos de rendimento deste capital (cf. gráfico 5). Observa-se, assim, que este retorno, apesar do sempre constante crescimento dos investimentos tem oferecido um percentual decrescente no período em análise, com variações abruptas que em texto não comentaremos sobre índices financeiros da empresa. Assim, para o ano de 1989, quando se tem 38% de imobilização de capital este retorno está em 35,8%, reduzindo, a medida em que os investimentos em desenvolvimento produtivo vão se ampliando. Em 2001, por exemplo, quando possivelmente começam os

investimentos para a ampliação das novas fábricas, quando se atinge 88,11% de imobilização, este retorno reduz-se a 0,44%, o que mostra uma redução sensível na remuneração dos investimentos, reduzindo a disponibilidade de capital para pagamentos, dentre outros, do próprio produtor. Se isto se constatar como uma tendência geral do capital agroindustrial, tem-se, então, a revelação do aprofundamento da contradição entre capital e trabalho, donde este último, como substância do valor, é relativamente insuficiente para a reprodução da sociabilidade posta, o que nos remete ao argumento das determinações financeiras desta reprodução comentadas mais acima. Ainda que a participação da Renda da Terra seja significativa como forma de remuneração, o sentido é de insuficiência para a reposição de seus pressupostos.

Gráfico 5



Fonte: Itambê: Relatórios Anuais (1993-2005)
Organizador: Anselmo Alfredo, março de 2007.

A distinção na capacidade produtiva entre agricultura e indústria, posta num mesmo ramo de atividade, refere-se, portanto, a um desenvolvimento desigual entre os momentos componentes do setor que integra o que temos aqui chamado de agroindústria²⁸. Como aponta Guimarães (1982) o complexo agroindustrial caracteriza-se não pela sua enorme capacidade produtiva, mas especialmente

porque tem, à jusante e à montante da produção agrícola, propriamente dita, duas indústrias que determinam, sob diferentes aspectos, a intensidade da produção no campo. No primeiro caso, temos a indústria fornecedora de implementos e, no segundo, a processadora da produção que consiste, com frequência, na produção de produtos alimentícios.

Portanto, a novidade desta nova forma de produção consiste justamente no fato de que a agricultura, ou melhor, a produção agrícola passa a ser consumidora produtiva dos bens industriais que aí se realizam como implementos e insumos agrícolas. Nesta nova perspectiva, a Renda da Terra passa a compor a remuneração desses capitais, com frequência, multinacionais. Ressalte-se o destaque de Argemiro Brum (1988) ao evidenciar que o início da expansão agroindustrial no mundo, deu-se a partir de um grupo econômico norte-americano (Rockefeller), a demonstrar a necessária internacionalização, através da produção agrícola, que as economias nacionais e regionais passam a ter neste contexto de re-produção dos capitais financeiros e industriais. Note-se, ainda, a partir deste autor, a participação do Estado Nacional, não só no financiamento de momentos da produção, na isenção de taxas de importação e expansão desses capitais, mas, especialmente, na inserção da ciência, através de seus mais diversos institutos de pesquisa e tecnologia direcionada à agricultura, como força produtiva. Esta extensão das relações de produção sob a lógica e a égide do capital, ao que pesem as suas distinções nas áreas incorporadas - o que por si só constitui a condição de objeto de pesquisa - confere a realização do próprio conhecimento como força produtiva. Não se trata apenas de expressar esta realidade, mas de conferir o envolvimento do trabalho social como necessidade da realização ampliada de sua reprodução e, por isso mesmo, crítica.

A posição da realidade agrária brasileira na realização de uma reprodução mundial do capital se torna possível justamente quando da maior intervenção do Estado no interior da realidade nacional. A própria passagem, segundo observa Aguiar (1986), do Departamento Nacional de Pesquisa e Experiência Agropecuária, para, na década de 60, sob o regime ditatorial, o do Plano Estratégico de Desenvolvimento, é uma evidência de que a intervenção estatal na produção nacional direcionava um novo papel da agricultura que punha, segundo nossa avaliação, novos sentidos à questão agrária

nacional, na medida em que a produção daí derivada iria compor o que o próprio autor considera como a internacionalização da economia brasileira.

Em outros termos trata-se de constituir, na forma do que o próprio autor em questão nomeia, um pacote tecnológico onde crédito, pesquisa e agricultura, irão se integrar num importante papel, para a extensão da realização, através da produção agrícola, na reprodução internacional do capitalismo. Trata-se, enfim, da expansão da agricultura, como consumidora de produtos e insumos modernos destinados à realização da agricultura para exportação, onde a própria criação da Embrapa, em 1972, comporta um dos momentos de realização desta possível inserção do Brasil na reprodução geral da sociedade capitalista, agora, incluindo-se aí a produção agrícola e trazendo novos elementos à questão agrária brasileira. Isto é, não se trata exclusivamente de compreender uma forma de produção segundo o ritmo e ou padrão produtivo da indústria no campo, mas, especialmente de compreender como que, na extensão de vastas áreas de produção monocultora, a composição das distintas rendas da terra, aqui, por enquanto, a renda diferencial, irá ser disputada por diferentes capitais urbanos industriais, à montante e à jusante da produção agrícola. Isto porque na extensão das áreas cultivadas há uma diferenciação dos preços de produção que permitem a realização de fato da Renda da Terra.

Não obstante este aspecto, a formação do monopólio agroindustrial compõe uma troca entre agricultura e indústria, nos termos de um consumo produtivo, onde a diferença de produtividade entre o capital urbano e industrial irá compor a renda absoluta da terra, nos termos da análise de Marx em seção d'O Capital, já indicada. Trata-se de observar como que as relações de troca capital industrial, insumos e implementos, irá permitir a formação de um preço médio onde, em condições não monopolistas, estabelece-se acima do preço de produção dos produtos agrícolas, produzidos para o mercado, certamente. Neste preço médio

acima de tais custos é que se forma a transferência de riqueza socialmente produzida na forma de sobrelucro ou Renda da Terra ao produtor capitalista agrícola. O incremento que se tem na análise que fazemos sobre o monopólio da agroindústria é justamente o fato de que, ao contrário de a renda absoluta nos termos de uma produção não monopolizada, este sobrelucro, inserido nos trâmites monopolistas, acaba por ser transferido para a empresa através, justamente, da política de preços estabelecida pela empresa que detém o monopólio de compra da matéria-prima láctea. Desta maneira, há uma característica que destacamos de fundamental importância para a identidade do monopólio: fundamentada na distinção entre cidade e campo a agroindústria permite a transferência da renda absoluta da terra do produtor para a empresa.

Portanto, a incorporação da Renda da Terra ao lucro do capital urbano industrial a nível mundial - como demonstra a própria Revolução Verde - é expressão de uma crise da reprodução deste mesmo capital, a insuficiência da Renda da Terra, contudo, como demonstra-se na empresa em que nos é objeto de análise, revela um aprofundamento de uma crise já posta. A necessidade, do ponto de vista do produtor, de reduzir os custos de sua produção para permitir a retenção de parte desta renda terra, será uma forma possível de o mesmo se reproduzir como produtor, incorporando em sua prática cotidiana de trabalho um redimensionamento das formas de utilização da propriedade que passa a se adequar à supressão desta renda em suas próprias mãos. A seletividade do produtor de poucos litros, como mencionamos mais acima, é apenas uma das formas de expressão disto que temos ressaltado. Trata-se de uma revelação das formas de atuação da própria renda diferencial, sobredeterminada pelos nexos da renda absoluta da terra, onde a satisfação do mercado consumidor é já estabelecida pelos produtores mais produtivos, de modo que ficam fora da concorrência aqueles que exigem maiores custos e menores produções da mesma matéria-prima láctea. Os que se adequam,

desenvolvem formas de redefinição espaço-temporais para suprirem as necessidades postas pelos níveis de produtividade e rendimento exigidos.

A necessidade de maiores montantes de Renda da Terra, através da produtividade do momento de produção de matéria-prima propicia uma política da própria empresa em beneficiar aqueles que produzem acima de 1.000 L de modo que estes obtém um preço maior pago ao litro de leite em relação àqueles que produzem abaixo de 1000 L, incorporando a redefinição das espacialidades como adequação empresarial da unidade produtiva às exigências de remuneração do capital agroindustrial leiteiro.

Expansão da agroindústria leiteira e novas espacialidades

A extensão da atividade pecuária na área em estudo demonstra que uma nova forma de ocupação do solo se estabelece como necessária tanto para a sua reprodução como para a sua expansão, nos termos que buscaremos relacionar a partir de agora.

Fala-se, lembremo-lo, de uma realidade determinada pelos sentidos críticos de sua reprodução, donde os mais distintos momentos de sua realização reprodutiva, seja do ponto de vista do monopólio, seja do ponto de vista do produtor, demandam uma intensa e estruturante necessidade de redução dos custos para a reprodução do capital o que, do **ponto de vista da produção** *stricto sensu*, implica numa redefinição da produtividade da própria atividade.

A extensão dos sentidos desta produtividade pode ser observada a partir do aumento relativo da utilização de implementos agrícolas mecanizados tanto na microrregião como no município de Sete Lagoas. Segundo os dados observados a partir do censo agropecuário do IBGE, observa-se um importante decréscimo, na região, da utilização de implementos de tração por animais, sendo

da ordem de 4.045 instrumentos, em 1975, para 2.631, relativos ao ano de 1996 (último censo agropecuário realizado). Ou seja, trata-se de um decréscimo da ordem de 35% ao longo dos anos em análise, mantendo-se, contudo, estável a relação de implementos por informantes, ou seja, 1.4 para 1.3 implementos nos anos extremos do período. Em contrapartida, quanto à presença de implementos mecanizados, temos um sentido ascendente de sua utilização, isto é, se no ano de 1975 encontramos a presença, em toda a microrregião de Sete Lagoas, de 224 implementos com tração mecânica, em 1996 o número sobe para 924, isto é, um acréscimo de 408% ao longo de 20 anos. Não obstante, observe-se que em 1975 o número de implementos agrícolas por informante está na relação de 1.6, enquanto que esta mesma relação é de 1.39 no último ano do período, indicando os sentidos de uma possível generalização de seu uso.

Este padrão de transformação, isto é, de passagem da utilização de implementos agrícolas de tração animal para o de tração mecânica repete-se no município sede da região. Assim, de 155 (1975) tem-se uma redução para 149 (1996), ou 4,9% a menos, com uma significativa dispersão, contudo, que passa de 1.9 implementos por informantes, para 1.1

implementos por informante. Quanto à utilização de implementos mecânicos, observa-se um crescimento mais acentuado, neste município, que é da ordem de 19 (1975) para 91, no ano de 1996, ou seja, um crescimento de 478,9%, com uma evolução no índice de concentração de 2 por informante, em 1976, para 1.4 implementos por informantes em 1996, ou seja, ainda que tenha acrescentado o número de implementos mecânicos, a distribuição dos mesmos foi de menor concentração, ou seja, apesar do crescimento do número de implementos e do número de informantes com implementos, a quantidade de implemento por informante, em média, diminuiu, o que implica, já na década de 90 os sentidos da difusão destes implementos impostos pela Renda da Terra em sua relação com o processo de acumulação geral, como analisamos no item anterior. Destaque-se, ainda, que a passagem da década de 80 para a posterior é aquela que corresponde ao momento de inversão das formas de utilização, ou seja, trata-se do momento em que a intensificação do uso mecânico coincide com um decréscimo do uso por tração animal. Esta dinâmica entre os diferentes tipos de implementos agrícolas pode ser observada a partir dos dois gráficos (6 e 7) que mostramos a seguir.

Gráfico 6

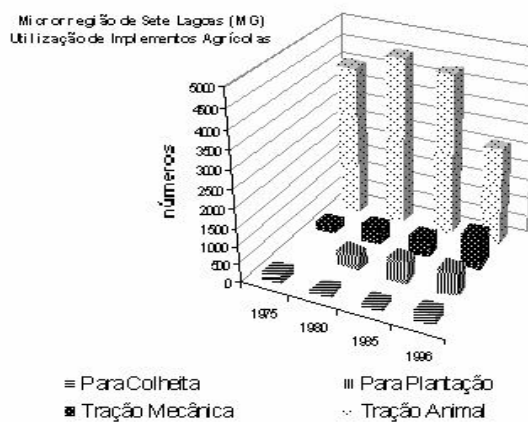
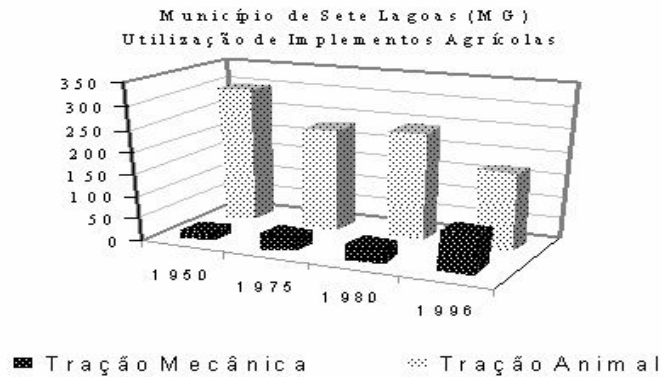


Gráfico 7



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE.
Organizador: Anselmo Alfredo, março de 2007.

Destaque-se ainda, que o maior aumento de implementos mecânicos na cidade sede (17% a mais que em toda região, ou seja 408:478%) implica que a modernização maior neste município indica os sentidos da produção resultantes da exigência de maior produtividade posta por uma agricultura comercial e, neste caso, monopolista, impressa na sociabilidade posta.

Os implementos mostram, de modo expressivo, as determinações que a própria produtividade adquire como sentido da produção no campo, não obstante isto, revelam os sentidos próprios de uma realidade agroindustrial, onde a Renda da Terra passa a ser disputada tanto pelas empresas transformadoras da matéria-prima, como, também, por aquelas que fornecem os implementos mecânicos necessários para o estabelecimento de uma produtividade cada vez mais exigente que traga para o produtor do campo a possibilidade crítica de o mesmo se reproduzir enquanto tal. (Cf. Fotos 2, 3 e 4)

O sentido geral da reprodução da produção no campo se estabelece por uma incorporação do produtor ou sitiante, nos trâmites da divisão social do trabalho. Ou seja, cada vez o mesmo participa mais intensamente de uma sociabilidade da troca, onde a produção na lavoura perde, ao menos na área em estudo, as determinações de uma produção para o consumo. Isto implica uma produção em que a monetarização das relações sociais de produção, ao atingirem o âmbito da reprodução agrária, redefinem os sentidos daquilo que se mantém como consumo próprio, mesmo quando da manutenção da produção para esta forma de consumo ela adquire outros sentidos no contexto de uma generalizada divisão social do trabalho.

Observa-se, assim, uma fragmentação das antigas propriedades por herança²⁹, onde a manutenção do trabalho junto à produção agrícola se estabelece em unidades menores, caso o trabalho de toda a família contemple as necessidades da reprodução propriamente dita. Disto deriva-se que, a redução geral das

dimensões da propriedade imprimem uma readequação da produção que começa a atender os nexos da produtividade, trata-se, enfim, de estabelecer a incorporação monetária desta produção de modo que o trabalho no campo passa a participar dos níveis médios sociais de produção e produtividade. O âmbito da troca estabelecida entre campo e cidade repõe o trabalho no campo, segundo as exigências de uma produção média social e geral. O que não se contempla aqui, neste trabalho, são as causas destas transformações, que se dão por elementos externos à propriedade e dizem respeito a conjunturas que não nos é objeto de análise, embora não sejam menos importantes para a questão.

No caso da microrregião de Sete Lagoas, as áreas destinadas a algum tipo de cultivo agrícola, incluindo pastagens e florestas, implicam em 612.076 ha para um conjunto de 4.915 informantes, ou seja, 124,5 ha por informantes em média, mantendo-se, nos anos de 1980 e 1985 a área total em torno de 61.000 ha e reduzindo-se, em 1996 para 548.317 ha, mas com uma redução contínua de 124,5 ha por informantes para 98,4 ha por informante, obtendo-se um aumento no número de informantes (indicando uma possível fragmentação da propriedade) com uma redução na área plantada por informante e em termos absolutos.

Pode-se observar os mesmos dados para o município sede da microrregião, isto é, Sete Lagoas, onde se tem uma área em 1980 de 39.670 ha destinados às plantações (que inclui pastagens) reduzida, em 1996, para 35.077, sendo que o número de hectares plantados por informantes cai, em média, de 91,8 para 75,9%, entre os anos de 1980 e 1996, o

que indica uma sensível redução do número de hectares por informantes, destacando-se, uma vez mais os padrões de fragmentação da propriedade.

Isto remete ao problema de que as propriedades que buscam se reproduzir a partir de uma produção agrícola, propriamente dita³⁰, passam a inserir esta produção nas relações de troca com o capital urbano industrial e financeiro, como forma possível de manutenção das novas necessidades impostas pela divisão social do trabalho, onde o dinheiro, seja como capital, seja como meio circulante, do ponto de vista do produtor, coloca-se como mediação para a reprodução.

Se a incorporação deste trabalho se deu especialmente pela produção de leite, determinada pela participação das empresas monopolistas, como o caso da *Itambé*, em estudo, trata-se, como contrapartida do produtor, pequeno sítio, em sua maioria, de adequar o seu sítio às necessidades desta produção tornando-a, muito mais, uma unidade produtiva.

É o que se pode observar quando da afirmação de seu José Feliciano de Figueredo, quando comenta que no tempo de seu pai o gado comia pastagens naturais, mas que hoje esses pastos, além de não mais existirem, não seriam suficientes para alimentar o rebanho. Informando que as novas pastagens, hoje, são todas plantadas com capim específico, para que o gado possa fornecer leite suficiente, especialmente a braquiara. Comenta, ainda, que era costume o uso de queimada para que o gado pudesse comer a brota do capim, forma flagrantemente diferente do uso de pastagens plantadas, atualmente.

Foto 2



Resfriador, com capacidade para 2.480 L, que está dentre as novas exigências de produção e produtividade pela agroindústria leiteira, indicando um importante incremento das forças produtivas, a substituir os "antigos" pontos de leite. Com custo em torno de R\$12.000,00, pago pelo produtor, permite maior permanência do leite à espera da captação pela empresa. Renda da Terra transferida à montante e à jusante da produção, caracterizando categorialmente a agroindústria. Fazenda Manga Grande, Parapoeba, MG.

Foto: Anselmo Alfredo, março, de 2007.

Foto 3



Seu Mozart Franco da Silveira, supervisionando a ordenha mecânica em sua mangueira. Fazenda Manga Grande, Parapoeba, MG.

Foto: Anselmo Alfredo, março de 2007.

Foto 4



Ordenha mecânica em vacas girlandesas, geneticamente selecionadas, que produzem em torno de 20L de leite por dia. Fazenda Manga Grande, Parapoeba, MG.

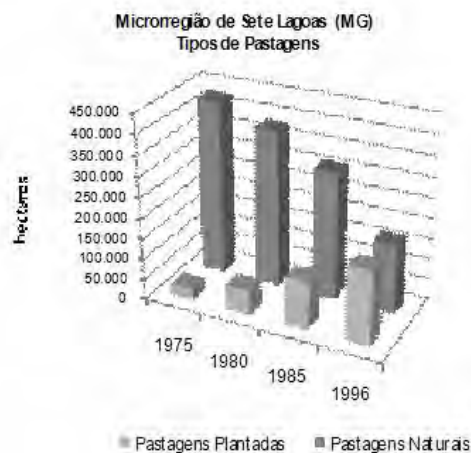
Foto: Anselmo Alfredo, março de 2007.

Segundo nos informa, a própria maneira de se realizar a venda do leite era, até 1960, com a confecção de creme e leite desnatado, o que ampliava a durabilidade do mesmo, para que se chegasse até a sede do município, sendo que, quando da incorporação dessa produção pela própria *Itambé*, até 1995 mais ou menos, tinha-se o uso de pontos de leite, com latões na beira da estrada para captação pela própria empresa.³¹ Contudo, com a necessidade de intensificação da produtividade, mesmo esses pontos, a partir dos anos 1990, foram substituídos por implementos como ordenha mecânica, resfriadores (granelizador) no interior da unidade produtiva como forma de melhoria na qualidade da matéria-prima (melhor higienização), assim como redução nos custos de transporte da empresa, que passa a coletar maiores quantidades em dias intercalados, pois o resfriador garante o leite em boas condições de uso ficando até 3 dias guardado em tal implemento³². Ou seja, dado o desenvolvimento da capacidade transformadora da empresa a unidade produtiva de matéria-prima passa a incorporar, na forma de crédito, as inovações necessárias às novas formas de produção.

A presença de produção para o consumo próprio, neste contexto produtivo, adquire o sentido não de uma subsistência, exatamente, mas o de uma economia que faça valer a remuneração obtida pela atividade comercial, ainda que o sentido desta não seja, necessariamente, o da acumulação. Trata-se, ainda assim, de uma lógica produtiva de custo e benefício que envolve a produção daquilo que se faz para o consumo, esta entra no cálculo da produção com o sentido da e para a monetarização que, do ponto de vista da empresa, contribui na possibilidade de redução do preço do leite pago ao produtor.

O aumento das pastagens plantadas, de modo considerável, concomitante à diminuição das pastagens naturais, revela a adequação espacial destas unidades às determinações para uma produção mercantil. Assim, observa-se, por exemplo, na microrregião de Sete Lagoas que há um aumento de pastagens plantadas de 28.377 ha, em 1975, para 182.966ha, no ano de 1996, ou seja, um aumento de 644,7%, sendo que as pastagens naturais decrescem de 427.208 ha, para 169.362 ha, ou seja, 60,4%, no mesmo período, como se observa do gráfico 8, abaixo.

Gráfico 8

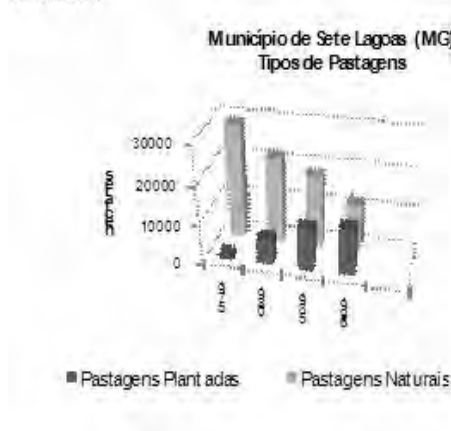


Fonte: Censo Agropecuário do IBGE
Organizador: Anselmo Alfredo, março de 2007.

O mesmo movimento pode-se observar para o município sede, onde, no ano de 1975 tem-se 1.136 ha de pastagens plantadas para 11.982 ha no ano de 1996, isto é, um crescimento da área em 1054%. Enquanto que as

pastagens naturais têm uma redução de 29.075 ha para 12.289 ha, ou seja, uma redução de 58%, segundo dados do censo agropecuário do IBGE.

Gráfico 9



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE

Organizador: Anselmo Alfredo, março de 2007.

Não só o avanço das pastagens plantadas e selecionadas passam a compor a unidade produtiva segundo os cálculos de custo e benefício monetário, mesmo naquelas em que o trabalho dos membros da família é integrante na produção, como a própria utilização de milho e sorgo passam a compor as novas formas de plantações temporárias, como redução dos custos de alimentação do gado. Assim, o aluguel de tratores (Cf. foto 5 e 6) e a formação de silos para a silagem de capins e milho, compõem um aumento da produtividade cuja

determinação é, com ou sem o sentido da acumulação capitalista, a monetarização das relações ali postas. Trata-se de uma incorporação, inclusive, da Renda da Terra a compor o pagamento de implementos como o trator, obtido por um proprietário produtor, por exemplo, mas que incorpora, no preço da hora de trabalho do trator, o pagamento do mesmo implemento³³. Trata-se, enfim, de um cálculo capitalista, ainda que a acumulação capitalista nem sempre esteja presente como objetivo desta produção.



Foto 5

Placa indicativa de atividades com o trator, como silagem, espalhamento de calcário, aragem, gradeação, dentre outros, que explicitam a transformação da unidade produtora segundo os pressupostos de uma racionalidade empresarial. Trata-se de uma redefinição espaço-temporal a partir das exigências da remuneração do capital agroindustrial que, para o produtor, aparecem como possíveis redução de custos de sua própria produção, na medida em que poupa trabalho assalariado. Distrito de Estiva, Sete Lagoas (MG).

Foto: Aneshno Alfredo, março de 2007.

Foto 6



Em primeiro plano observa-se o preparo do solo para plantio que comporá a alimentação do gado. Em segundo plano, observa-se cana de açúcar utilizada para os mesmos fins. Adequação espaço-temporal às novas exigências de produtividade determinadas pela agroindústria, de modo a buscar, por parte do produtor, a manutenção de maior montante de Renda da Terra. Fazenda Manga Grande, Paracopeba, MG.

Foto: Aneshno Alfredo, março de 2007.

Dentro deste contexto, observa-se que a própria Renda da Terra ao participar como elemento da reprodução crítica dos capitais monopolistas adquire uma transformação dos sentidos gerais da produção na unidade agrícola, cujos custos, ao serem assumidos pela unidade propriamente, ainda assim, não são suficientes para estabelecer os sentidos da reprodução produtiva da empresa monopolista, como observamos no item referente à análise da *Itambé*. Os níveis de incorporação da Renda da Terra, ao atingirem a necessidade de uma política de preços, portanto, acabam por impossibilitar a generalização posta desta atividade nas pequenas e médias produções, o que redefine, em alguns sítios, as atividades em relação ao leite, que passam, por exemplo, a produzir queijos artesanais para serem vendidos no comércio municipal, ao invés de continuarem no fornecimento do leite à *Itambé*³⁴ (Cf. Fotos 7 e 8).

Há também o caso daqueles que ainda fornecem leite à empresa monopolista, porém o endividamento junto à mesma evidencia a impossibilidade de se continuar produzindo nos mesmos termos. Trata-se de produtor de 300 litros de leite por dia, cuja dívida junto à empresa chega a R\$1.000,00. Isto devido à utilização de ração e insumos, como vacinas, dentre outros que o próprio leite não comporta o pagamento. Isto nos contribui para observar que a transferência de renda se dá por uma capacidade produtiva distinta entre a própria empresa e o produtor onde, no fornecimento de implementos e insumos para que o mesmo possa produzir nos níveis de exigência da capacidade produtiva da empresa, o mesmo acaba por transferir mais do que produz. Ou seja, a adequação produtiva como desinfecção do úbere, teste da mamite, uso do resfriador (R\$ 7.000,00, a prestação), uso de ração específica para a lactação³⁵, além de uma seleção na qualidade do gado, implicam numa busca de adequação à desigualdade entre campo e cidade (*Itambé* e produção do leite) que acabam por fomentar as mais diferentes formas de transferência de riqueza, através da

Renda da Terra, que são tanto mais extorsivas quanto mais profunda a crise de reprodução da empresa propriamente dita. Do ponto de vista da seletividade de um gado mais produtivo e mais resistente, observa-se a presença de inseminação artificial, com banco de sêmen, a produzir o girolandês³⁶, onde 99% das novas crias são fêmeas (sexada de fêmea), forma, inclusive, de diminuir os custos que os bezeros representam ao produtor, de modo que na própria busca de aproximação do desenvolvimento produtivo da unidade agrária (produtora de leite) o capital urbano industrial firma aí a possibilidade de sua reprodução através dos custos que isto significa ao empreendimento sitiante.

Não obstante isto, a empresa paga, segundo nos informa seu Mozart, já citado, com 15 dias após a entrega do leite, sendo que qualquer dívida junto ao armazém da empresa leva juros de 5% ao mês. O que imprime uma necessidade de a própria unidade agrícola estabelecer uma variada forma de atividade para compor os rendimentos da mesma. Assim, há 5 alqueires de plantação de cana, para o gado, criação de búfalos para o abate que são menos custosos na criação, 20 hectares de milho para silagem, produção de carvão vegetal, com três grandes fornos, para a indústria siderúrgica, dentre outras atividades a compor o rendimento monetário da unidade, sendo que, diante disso, segundo nos informa, ainda possui, junto à *Itambé*, uma dívida de R\$ 1.500,00, o que nos permite a compreensão da insuficiência da Renda da Terra a essa acumulação que, do ponto de vista do produtor, efetiva-se como uma redução de seus custos, incorporando, tanto na empresa monopolista quanto ao produtor, propriamente, níveis de capital financeiro cada vez mais necessários que, do ponto de vista do produtor, em análise agora, implica uma seletividade cada vez mais acentuada.

Considere-se, por fim, as propriedades que, fragmentadas por herança, acabam se tornando incapazes de uma produção, seja comercial, seja para o próprio consumo (dada a ausência de pessoas disponíveis para o

trabalho) o que implica a utilização desta micropropriedade apenas como local de moradia, sendo todas as relações estabelecidas em termos de reprodução da família, vinculadas ao consumo urbano. Este é o caso de uma série de micropropriedades no distrito de Estiva, município de Sete Lagoas, onde a presença de aposentadorias, o trabalho das gerações mais

novas no comércio da sede municipal, são os principais responsáveis por esta reprodução. Trata-se de uma seletividade que atingiu a impossibilidade de qualquer forma produtiva de modo a inserir tais moradores no âmbito da reprodução mais pelo consumo do que pela produção.



Foto 7

Seu José Feliciano de Figueiredo, Fazenda Canabrava, que deixou de fornecer seus 150L de leite à *Aswê* para produzir queijo artesanal (abaim), do que se obtém maior remuneração monetária. Paraopeba, MG.
Foto: Anselmo Alfredo, março de 2007.



Foto 8

Parte da produção artesanal de queijo como forma de maior remuneração do trabalho, que substitui o fornecimento de leite à *Cooperativa Aswê*, Fazenda Canabrava, Paraopeba, MG.
Foto: Anselmo Alfredo, março de 2007.

Considerações Finais

O problema relativo às dimensões da modernização no seu aspecto agrário revela uma necessidade teórica e prática relativa às formas de incorporação de elementos distintos à reprodução da sociabilidade efetivada pela forma valor. Isto implica dizer que, de fato, não se trata de desconsiderar os termos de uma diferenciação entre o campo e a cidade, mas de, especialmente, compreender a importância desta diferença no que diz respeito à necessidade da própria reprodução. Assim, a própria incorporação da realidade produtiva na e pela agricultura, nos seus diferentes aspectos, sugere uma interpretação a contrapelo do que se tem delimitado em relação à própria Renda da Terra. Ou seja, o tornar uma necessidade de incorporação produtiva industrial, no caso que analisamos, o campo em relação à reprodução do mundo da mercadoria, implica já, numa compreensão da insuficiência desta mesma reprodução nos termos de uma realidade urbano-industrial que, então, demonstra uma contradição que se busca superar na extensão desta realidade como produção agrícola. Em outros termos, a própria extensão do capitalismo ou se se preferir, do capital, como produção agrícola, nos termos de uma agroindústria, implica, como necessidade, numa insuficiência das formas anteriores de sua reprodução, de modo que tal extensão ou incorporação vela a necessidade de revelar uma crise da reposição dos pressupostos do conceito de capital.

A própria Renda da Terra, incorporada aos desígnios desta acumulação, reflete, de modo importante, uma dinâmica crítica desta realidade. Talvez não por acaso, a elaboração relativa a esta questão em *O Capital* - ainda que a edição do terceiro volume o tenha sido feita por Engels - seja objeto de explanação em seu terceiro volume. Não só porque se trata de uma exposição que vai das determinações abstratas do mundo da mercadoria à concretude (a forma da troca a seus elementos, dentre eles as formas de propriedade, da qual a propriedade da terra, que implicam em relações

de produção), mas também, de modo importante, destaca-se o fato de que a análise marxiana relativa à Renda da Terra incorpora-se no volume último de suas reflexões sobre o conceito de capital, onde a concreticidade analítica do capital coincide com uma realização conceitual que é, ao mesmo tempo, sinônimo de crise da reprodução, o que nos sugere compreender a própria análise relativa à seção VI do terceiro volume como elemento incorporado à exposição da crise da reprodução social capitalista, ao contrário de ser um elemento integrado à sua reprodução ascendente, isto é, como formação de capital, necessariamente. Incorpore-se aí, o problema relativo à proximidade analítica entre Renda da Terra e a própria externalização do capital enquanto capital financeiro ou, melhor, fictício. Não estaria aí, uma aproximação intencional entre integração da Renda da Terra, que traz em si mesmo elementos de crise de acumulação, e a extensão da própria *ficcionalização* (KURZ, 2004) da reprodução social capitalista? Em resumo, a importância tomada da Renda da Terra na reprodução social não seria reveladora de uma crise conceitual, prática, do capital enquanto reposição de sua própria identidade? Ou então, a análise da Renda da Terra não comporia um capítulo da crise da reprodução além da formação de capital?

Destaque-se, mesmo, que a análise marxiana sobre o problema passa da renda diferencial a renda absoluta, como sendo esta a qual incorpora a diferença de desigualdade de desenvolvimento entre o campo e a cidade, ou entre agricultura e indústria, como forma de incorporação do sobrelucro ao capital agrícola, contudo, segundo uma análise de que esta é a forma pela qual o próprio capital se estende às relações de produção no campo. Não obstante este aspecto, considere-se ainda que a própria incorporação da renda diferencial II, ou seja, aquela referente a sucessivos investimentos no mesmo tipo de solo, constitui uma involução da própria taxa de Renda da Terra, de modo que, em suas diferentes formas, a reprodução do capital se faz pelas suas determinações críticas e a Renda da Terra se constitui como uma de suas expressões.

As diversificações na forma de produzir e de adequar a produção segundo as necessidades datadas de acumulação do capital refletem as implicações da Renda Capitalista da Terra - a que nos referimos em todos os momentos de nosso trabalho - na redefinição das formas de sociabilidade. Implica dizer que, sob as mais distintas formas a mesma se estabelece como mediação da incorporação da divisão social do trabalho como generalização possível - ao menos enquanto sentido, porque não estamos desconsiderando aqui a produção de relações não-capitalistas de produção - das relações de produção no campo, introjetadas, sob a moldura da agroindústria, como necessidade do capital urbano-industrial.

Em assim sendo, cabe-nos refletir sobre o fato de que, no âmbito de cada produção em particular, isto é, nas unidades de propriedades produtoras, ainda que o objetivo deste e neste momento da produção geral que o pequeno produtor constitui não seja, necessariamente, mas nem sempre, uma acumulação capitalista de riqueza, há aí um importante elemento a se pensar. Embora o resultado do trabalho no interior da pequena propriedade não seja uma acumulação capitalista, trata-se, sob muitos aspectos, da incorporação do cálculo custo benefício como forma de redefinição espaço-temporal da propriedade enquanto

sociabilidade. Assim, os elementos que constituem-se como exclusivamente próprios para o consumo são reinterpretados como redução de custos que fomentam a possibilidade de maior presença monetária a partir da atividade de fornecimento do leite. A própria condição de campesinato, portanto, não se estabelece, necessariamente, no caso analisado, a partir de uma integração moral, mas sim como uma forma de participação na constituição do valor sem que se estabeleçam relações de trabalho assalariado. Trata-se de formas de incorporação de desigualdades à racionalidade capitalista, ainda que sob relações de produção distintas, como salientamos.

Não se trata aqui, como mencionamos, de conclusões, mas de *considerações finais*, a partir do que se estabelecem elementos polêmicos através dos quais a reflexão pode ter continuidade. A própria análise da Renda da Terra e a conformação de um *capitalismo rentista*, visto sob o pólo invertido do movimento de formação do capital, não deixa de se constituir como uma possibilidade de compreensão dos sentidos que a Renda da Terra dá a esta formação, contudo, de modo polêmico. Desta maneira, espera-se ter trazido aqui uma contribuição à reflexão sobre os sentidos da modernização na passagem deste século.

Notas

¹ Agradecimentos aos alunos de Geografia Agrária (2006) IG-UFMG. Agradeço, especialmente, à Geógrafa Ana Cristina Mota Silva pela leitura crítica e acompanhamento em pesquisas de campo que contribuíram para a elaboração da versão final deste texto.

² Em análise sobre a circulação simples de mercadorias, Ruy Fausto apresenta o primeiro período de O Capital para explicitar que o capital aparece como uma imensa produção de mercadorias, distinguindo-se de seu ser - como acumulação de riqueza abstrata - de modo que na aparência está também a contradição entre

presença e ausência, sendo ambas formas de regência do próprio ser do capital. Nesta sua análise, portanto, se o pressuposto do universo das mercadorias é a produção capitalista, na circulação simples há uma aparência de ausência, mas que, contraditoriamente, enquanto pressuposto está posto. (Cf. FAUSTO, 1997)

³ Trata-se aqui da inversão da forma pela qual o Conceito em Marx é pensado em relação ao Conceito hegeliano. Para este, o Conceito realiza-se como síntese superada das contradições postas, enquanto para Marx, a efetivação do Capital enquanto um conceito crítico, isto é, em

crise, o põe como ilusoriamente realizado no princípio, coagindo a sociedade a realizar a sua verdade. Essa inversão foi pertinentemente destacada por José Arthur Giannotti, Certa herança marxista: São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

- ⁴ Para Marx, a temporalidade do capital pode ser compreendida como uma autotransformação definida pelo superar de suas barreiras - que se expressam como elementos históricos a serem ultrapassados -, postas a partir de seus próprios limites, isto é, contradições a serem superadas oriundas de sua lógica intrínseca. Deste ponto de vista, pode-se derivar daí o fato de que os limites (lógicos) num dado momento constituem-se como história, isto é, efetivam transformações sócio-espaciais a serem superadas para a sua re-produção. Trata-se da transmutação da lógica contradita em história. (Cf. Karl Marx, 1997, Vol. 2).
- ⁵ Rosa Luxemburgo, *La acumulacion del Capital*, Buenos Aires, Editorial, 1968, p. 296.
- ⁶ A explanação teórica no que tange à reprodução do capitalismo no caso brasileiro, do ponto de vista da reprodução das relações não capitalistas de produção deve ser vista em José de Souza Martins, *O cativo da Terra*: São Paulo, Hucitec, 1990.
- ⁷ Sobre a relação entre meios de vida e modo de vida, numa relação intrínseca e pertinente à modernização é de fundamental importância consultar Odette Seabra, *Territórios do Uso*, In: *Cidades*, Presidente Prudente, 2004.
- ⁸ A noção de simultaneidade é retomada de Henri Lefebvre, onde se pode observar uma restrição, na formação social capitalista, do tempo como sucessão. Isto porque, para Henri Lefebvre, em suas diferentes reflexões, o mundo moderno, põe, de modo objetivo, a redução do sequencial através das abstrações, portanto, redução do próprio tempo. Desta maneira, a necessidade de se realizar, cada vez mais, dada a historicidade crítica da forma valor enquanto um modo de vida, a redução do tempo a esta simultaneidade, onde o original e o terminal perdem as suas distinções na simultaneidade, refere-se à exacerbação do espaço como elemento determinante desta re-produção crítica do mundo moderno. Daí, a referência às
- temporalidades, neste projeto, ser, simultaneamente, uma forma de abordagem espacial, especialmente, por se tratar da lógica do moderno e do capital. Sobre a simultaneidade em Henri Lefebvre destacamos: Henri Lefebvre, *La production de l'espac*, Paris, Anthropos, 2000; Henri Lefebvre, *De l'état. Le mode de production étatique*, Union General de Edition, 1977. Dentre outros que serão aqui abordados.
- ⁹ Uma importante apreciação sobre a forma crítica do capital pode ser observada em Robert Kurz, *O Colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*: Petrópolis, Paz e Terra, 1993.
- ¹⁰ Sobre a importância que a produção do espaço metropolitano adquire na reposição dos sentidos de um capital financeiro deve-se confrontar: Ana Fani Alessandri Carlos, São Paulo: *Do Capital Industrial ao Capital Financeiro*, In: Carlos, Ana Fani Alessandri & Oliveira, Ariovaldo Umbelino de (org.), *Geografias de São Paulo. A Metrópole do Século XXI*, Vol. 2, Contexto, 2004, pp. 51-84.
- ¹¹ Cf. José de Souza Martins, *Expropriação e violência. A questão política no campo*: São Paulo, Hucitec, 1991.
- ¹² Sobre essa discussão cabe citar Novais, Fernando, *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*: São Paulo, Hucitec, 2000; Marx, Karl, *O Capital. Crítica da economia política. O processo de produção do capital*: São Paulo, Vol. II, Tomo 2, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, Nova Cultural, 1988, (cap. 25).
- ¹³ Destaque-se aqui Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo*. Machado de Assis: SP, Editora 34 e Livraria Duas cidades, 2000. Robert Kurz, *O Colapso da Modernização. Da derrocada do Socialismo de Caserna à crise da economia mundial*: RJ, Paz e Terra, 1993.
- ¹⁴ Cf. José de Souza Martins, *A militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e Poder: o problema da terra na crise política)*, Petrópolis, Vozes, 1985. Idem, *O poder do atraso. Ensaio de Sociologia de História Lenta*: SP, Hucitec, 1996.
- ¹⁵ A notificação desta inserção foi possível a partir de GOMES, Sebastião Teixeira, *Efeitos da Globalização na Produção do Leite do Brasil*, In: *Informe Agropecuário*, Belo Horizonte, v. 20, n. 199, p. 93-102, jul./ago. 1999.

- ¹⁶ Não se trata aqui de uma definição categorial do que possa ser o pequeno e o médio produtor de leite, mas apenas uma expressão de que este consumo produtivo passa a ser um custo de reprodução do capital monopolista do leite tanto para aqueles que produzem maiores, como para os que produzem menores quantidades de leite.
- ¹⁷ Relatório Anual da Itambé, apud, GOMES, op. cit., p. 96.
- ¹⁸ No município de Sete Lagoas (MG) o proprietário, Sr. José Geraldo Lara, nos informa sobre a incorporação de vários insumos para a adequação da qualidade e quantidade de leite às exigências da produtividade da Itambé. Dentre vacinas, desinfetantes, melhor acondicionamento do local de ordenha (mangueira), ordenha mecânica (não foi nos informado o preço), granelizador (R\$12.000,00), brete (R\$8.000,00) e toda uma aquisição de tratores para promover a produção do alimento do gado produtor, em torno de 30 cabeças, ainda assim, seus 226 litros diários de leite (última captação em julho de 2006), segundo cupom impresso pela própria Itambé, não foi possível manter a produção do leite devido aos baixos preços ao produtor. Trabalho de campo realizado em 03 de março de 2007, no Distrito de Silva Xavier, Fazenda Gameleira.
- ¹⁹ Anuário Estatístico do IBGE, apud GOMES, Sebastião Teixeira, op. cit.
- ²⁰ Fonte a partir dos relatórios anuais Itambé (1989-2005). No que tange aos dados oferecidos deve-se observar que todos estão em Reais, embora a correção pelo Índice geral de Preço (IGP-DI) não esteja feita de modo padronizado ao longo do período, mas sim em períodos agrupados de 5 anos. Contudo, acreditamos que se a mesma fosse realizada não redefiniria o sentido de nossos argumentos, embora a aproximação numérica fosse mais precisa. Destaque-se, ainda, que o ajuste pelo índice referido não mudaria em nada o percentual apresentado no gráfico subsequente, o que nos permite maior segurança na apresentação dos mesmos argumentos.
- ²¹ Cf. Relatório Anual *Itambé*, 2005, p. 20.
- ²² Assim como qualquer categoria do capital, a própria noção de crédito não detém as mesmas determinações ao longo da formação capitalista. Observa-se que, na formação de uma lógica industrial, ele tem a capacidade de impedir a necessidade de acumulações primitivas para a extensão da indústria, em outras, a própria constituição do crédito substitui a ausência de peças monetárias como forma de constituir a possibilidade desta monetarização posta como sociabilidade, mas apenas pressupostas em sua materialidade monetária. No caso brasileiro, a própria produção do espaço urbano no século XIX foi pressuposto para a monetarização efetiva de uma sociabilidade sem dinheiro, mas monetarizada, enquanto sentido e relações reais de produção. Isto pode ser observado em Ana Cristina Mota Silva, *Do "Entesouramento" à Acumulação Urbana. A Produção do Espaço Urbano de Fortaleza no Século XIX (Doutorado) Geografia, FFLCH-USP, 2005*. Em nosso caso, portanto, a expansão do crédito expressa limites daquilo que então se formava, ou seja, a categoria de trabalho, a revelar os diferentes sentidos que uma dada categoria adquire na formação do Conceito de Capital.
- ²³ Cf: Karl Marx, *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo Global de Produção Capitalista, Volume V, Livro Terceiro, Tomo 2 (parte segunda)*, Trad. Flávio Kothe e Regis Barbosa, São Paulo, Nova Cultural, 1988, pp. 160 e 169, respectivamente. A seção VI é relativa à Renda da Terra, deste mesmo volume, entre as páginas 111 a 262.
- ²⁴ Cf. *Itambé: Boletim Informativo*, 2005, p. 14.
- ²⁵ Com relação à Renda da Terra pelo preço ao consumidor final, só se é possível observar a sua efetividade caso o Vale do Rio Doce seja área de captação de leite e se os custos à Itambé mais altos dessa região forem repassados como se fossem custos gerais, embora não o sejam, como dissemos. Contudo, isto não foi possível de ser verificado. Deste modo, a reflexão fica como um exercício para se pensar a categorização de Renda Capitalista da Terra.
- ²⁶ Embora as variações do preço mensal do litro de leite ao produtor sejam importantes para a discussão, observamos que a utilização da média anual não compromete a análise na medida em que se preservou áreas produtoras distintas que correspondem à diferença de preços. Neste sentido, esta média é distinta da média estadual, representada por linha em separado, e permite

a comparação menos generalizada do que se fosse uma única média, o que contribui, nestas distintas faixas de preço ao produtor, na análise da Renda da Terra.

- ²⁷ Giannotti (2000) destaca como , na intensificação da contradição capital trabalho, a própria contradição não se rompe, mas "fibrila", justamente porque a sociabilidade fundamentada no valor pode se reproduzir na e pela categoria de preço, sua expressão externa e, agora, autônoma; extensão de uma sociabilidade cuja reprodução tem como determinação a sua própria crise.
- ²⁸ Sobre a importância e a caracterização do que denomina de agroindústria pode-se consultar, dentre outros: BRUM (1988), GUIMARÃES (1982), WILKSON (1986), AGUIAR (1986), MÜLLER, (1989).
- ²⁹ Isto foi possível observar em pesquisa de campo junto aos moradores da "comunidade" de Estiva, em Sete Lagoas, maio de 2006, e junto à entrevista com seu José Feliciano de Figueiredo, no município de Paraopeba, em março de 2007.
- ³⁰ Isto porque não estabelecemos aqui a análise das unidades de moradores em áreas rurais que se reproduzem com o custeio de rendas não agrícolas, como é o caso das aposentadorias e bolsas oferecidas pelo governo federal, que têm um peso significativo na reprodução da unidade agrícola e na inserção destas nos trâmites de uma sociedade de trocas. O caminho aqui trilhado é o de compreender como, em se mantendo a produção agrícola, esta teve, cada vez mais, corresponder às exigências da reprodução de um

capital monopolista, como um dos elementos constituintes da produção agrária em estudo, embora não o único. Afinal, o eixo de nossa discussão é observar como a Renda da Terra contribui, ao mesmo tempo, para revelar formas de acumulação de capitais urbano industriais e uma reprodução crítica destes mesmos capitais que tornam a Renda da Terra uma necessidade sua.

- ³¹ Segundo pesquisa de campo na Fazenda Canabrava, no município de Paraopeba, MG, março de 2007.
- ³² Segundo pesquisa de campo na Fazenda de seu Mozart Francisco Silveira, Paraopeba, MG, março de 2007.
- ³³ Segundo o proprietário Márcio Franco da Silveira, produtor de leite em Paraopeba (MG), a hora do trator está em R\$ 50,00, custo que o mesmo não pode pagar porque o preço do leite não compensa, para uma produção de 300 litros por dia, ainda que usando, por exemplo, o resfriador de seu irmão. Trabalho de Campo, março de 2007.
- ³⁴ Segundo trabalho de campo em Paraopeba (MG), março de 2007.
- ³⁵ Na Fazenda Manga Grande, em Paraopeba, por exemplo, adquiriu-se um depósito de ração com capacidade de 10.000 Kg para tratamento do gado, ração essa adquirida da *Itambé*, descontada da produção do leite mesmo, o que caracteriza, sobremaneira, a formação de uma agroindústria.
- ³⁶ Mistura do Gir com o Holandês, que busca a produtividade do Holandês com a resistência do Gir.

Bibliografia

AGUIAR, Ronaldo Conde, *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis, CNPq, 1986.

AMIN, Samir e VERGOPOULOS, Kostas. *Questão Agrária e o Capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura*. O Binômio Trigo e Soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.

CANDIDO, Antonio, Os Parceiros do Rio Bonito, São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, "São Paulo: do Capital Industrial ao Capital Financeiro", Carlos, Ana Fani Alessandri & Oliveira, Ariovaldo Umbelino de (org.), Geografias de São Paulo, A metrópole do século XXI, Vol. 2, São Paulo: Contexto, 2004, pp. 51-84.

_____, Ana Fani Alessandri, A (re)produção do Espaço Urbano. O Caso de Cotia, Doutorado, São Paulo, Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 1986.

CASTRO, Maria Drumond e Castro, et. al., "Perspectivado Agronegócio do Leite no Brasil", Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 20, n. 199, jul/ago 1999, pp.103-110.

DAMIANI, Amélia Luisa (org^a.); ALFREDO, Anselmo; BAITZ, Ricardo, BRANQUINHO, Evânio dos Santos; SILVA, Flávia Elaine da, GONÇALVES, Jean Pires; MARINI, Luciano, SILVA, Márcio Rufino da, BAITZ, Ricardo, GONÇALVES, Jean Pires de Azevedo; MARINI, Luciano; ROCHA, Alexandre da Souza; SILVA, Flávia Elaine da e SILVA, Márcio Rufino, O Futuro do Trabalho. Elementos para a Discussão das Taxas de Mais-Valia e de Lucro: São Paulo, Xamã, AGB-São Paulo, Labur - DG - USP, 2005.

FAUSTO, Ruy, Dialética Marxista, Dialética Hegeliana. A Produção Capitalista como Circulação Simples, RJ: Paz e Terra, 1997.

GALLINARI, Rangel et al, Tecnologia, Especialização Regional e Produtividade: um Estudo da Pecuária Leiteira em Minas Gerais, X Seminário sobre a Economia Mineira, UFMG, Belo Horizonte: Cedeplar, 2002.

GIANNOTTI, José Arthur, Certa Herança Marxista, São Paulo: Companhia das Letras, 2000

GOMES, Sebastião Teixeira, "Efeitos da globalização na produção de Leite do Brasil", Informe Agropecuário, Belo Horizonte, v. 20, n.

199, jul./ago. 1999, pp. 93-102.

GUIMARÃES, Alberto Passos, A Crise Agrária, RJ: 1989.

KÜRZ, Robert, O Colapso da Modernização. Da derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial, RJ: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri, La Survie du Capitalisme. La Re-Production de la Rapports de Production, Paris : Anthropos, 1973.

_____, Henri, La revolución urbana, Madrid: Alianza Editorial, 1983.

LENIN, Vladimir Ilich, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria, Trad. José Paulo Neto, São Paulo: Victor Civita, Abril, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa, La Acumulación del Capital, Buenos Aires: Editorial,1968, p. 296.

MARTINS, José de Souza, Capitalismo e Tradicionalismo. Estudo sobre as Contradições da Sociedade Agrária no Brasil, São Paulo: Pioneira, 1975.

_____, José de Souza, A Militarização da Questão Agrária no Brasil (Terra e Poder: o problema da terra na crise política), Petrópolis: Vozes, 1985.

_____, José de Souza, Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis: Vozes, 1986.

_____, José de Souza, O Cativo da Terra, São Paulo: Hucitec, 1990.

_____, José de Souza, Expropriação e Violência. A Questão Política no Campo, São Paulo: Hucitec, 1991.

_____, José de Souza, A Chegada do Estranho, SP: Hucitec, 1993

_____, José de Souza (org.) Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética: São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, José de Souza, O Poder do Atraso. Ensaio de Sociologia de História Lenta, São Paulo: Hucitec, 1996

_____, José de Souza, Fronteira, a Degradação do Outro nos Confins do Humano, São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl, Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857~1858, vol. 2: Madrid: Siglo Veinteuno editores, 1997.

_____, Karl, O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital, São Paulo, Vol. I, Tomo 1, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988.

_____, Karl, O Capital. Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital, São Paulo, Vol. II, Tomo 2, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988.

MÜLLER, Geraldo, Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária, São Paulo: Hucitec, EDUC-PUC, 1989.

NABUCO, Maria Regina, Brasil e Minas Gerais. Modernização e Modernidade na Agricultura, In: Anais do IV Seminário de Economia Mineira, Cedeplar, UFMG, 1988, pp. 111-134.

NOGUEIRA, Marly, Sete Lagoas. A dinâmica

Funcional de um lugar na Rede Urbana de Minas Gerais, (Doutorado), UFRJ, RJ, 2003.

NOVAIS, Fernando, Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial(1777-1808), São Paulo: Hucitec, 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, Amazônia. Integrar para não entregar. Políticas públicas e Amazônia: Campinas, Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de, Elegia para uma re(li)gião. Sudene e nordeste. Planejamento e conflito de classes, Petrópolis: Paz e Terra, 1993.

PRADO JR., Caio, Formação do Brasil Contemporâneo. Colônia, São Paulo: Brasiliense, 1999.

SEABRA, Odette, Carvalho de Lima, "Territórios do Uso", Cidades, Presidente Prudente, 2004.

_____, Odette Carvalho de Lima, Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e vida de Bairro na Metamorfose da Cidade em Metrôpole, a partir das Transformações do Bairro do Limão, São Paulo, (Livre Docência) Departamento de Geografia, FFLCH-USP, 2003.

SILVA, Ana Cristina Mota, Do "Entesouramento" à Acumulação Urbana. A Produção do Espaço de Fortaleza no Século XIX (Doutorado), Geografia, FFLCH-USP, 2005.

WILKSON, John, O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção, São Paulo, Salvador: Hucitec e CEPA-BA, 1986.

Trabalho enviado em agosto de 2008

Trabalho aceito em setembro de 2008

